

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

CAMILA BRUSTOLIN

**OS IMPACTOS ECONÔMICOS DE MEGAEVENTOS ESPORTIVOS:
UM ESTUDO SOBRE A COPA DO MUNDO DE FUTEBOL DE 2010 NA ÁFRICA
DO SUL**

Porto Alegre

2014

CAMILA BRUSTOLIN

**OS IMPACTOS ECONÔMICOS DE MEGAEVENTOS ESPORTIVOS:
UM ESTUDO SOBRE A COPA DO MUNDO DE FUTEBOL DE 2010 NA ÁFRICA
DO SUL**

Trabalho de conclusão submetido ao curso de Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Economia.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Ernesto Filippi

Porto Alegre

2014

CAMILA BRUSTOLIN

**OS IMPACTOS ECONÔMICOS DE MEGAEVENTOS ESPORTIVOS:
UM ESTUDO SOBRE A COPA DO MUNDO DE FUTEBOL DE 2010 NA ÁFRICA
DO SUL**

Trabalho de conclusão submetido ao curso de Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Economia.

Aprovada em:

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Eduardo Ernesto Filippi – Orientador

UFRGS

Prof. Dr. Leonardo Xavier da Silva

UFRGS

Prof. Dr. Ricardo Dathein

UFRGS

À minha família, em especial aos meus pais, Carlos e Janice, pelo carinho e educação excepcionais.

Aos queridos amigos e amigas que me acompanharam e me apoiaram nessa jornada.

Ao Professor Eduardo E. Filippi, pela disponibilidade, apoio e dedicação na orientação da pesquisa.

RESUMO

A presente pesquisa se propõe a avaliar os principais impactos econômicos dos megaeventos esportivos para as sedes sob uma ótica mais realista, isto é, por meio de uma análise *ex post*. A ideia é desvincular o estudo da euforia comumente atrelada a esses torneios e das estimativas *ex ante* extremamente otimistas e exageradas. Com essa finalidade, posteriormente à apresentação de alguns pontos importantes a respeito dos megaeventos esportivos em geral, um estudo de caso sobre a Copa do Mundo de Futebol de 2010, sediada pela África do Sul, será construído. O intuito é explorar o tema com maior objetividade, apresentando ao leitor um caso prático que facilite o entendimento do assunto. Aspectos referentes à formação histórica, social, política e econômica dos sul-africanos serão abordados, de modo que tenhamos condições de fazer uma análise crítica do Mundial de Futebol respaldada em uma base teórica consistente. Finalmente, o campeonato em questão será diretamente explorado, onde as principais expectativas referentes ao torneio, os investimentos necessários e os impactos econômicos para a sociedade sul-africana frente à realidade na qual ela está inserida nos guiarão ao fechamento do trabalho. A conclusão a que chegamos não é muito diferente da já identificada por outros autores que realizaram análises *ex post* de megaeventos esportivos sediados por diversos países: as expectativas de impactos positivos para a África do Sul também foram exageradas e superestimadas, e a Copa do Mundo de Futebol de 2010 parece não ter representado um grande impulso para o crescimento e para o desenvolvimento econômico dos sul-africanos.

Palavras-chave: Megaeventos. Esporte. Futebol. Copa do Mundo. África do Sul. Impactos econômicos.

ABSTRACT

This research aims to assess the main economic impacts of mega sporting events to the host countries in a more realistic view, in other words, through an *ex post* analysis. The idea is to unlink the study of the euphoria commonly linked to these tournaments and of the *ex ante* estimates overly optimistic and exaggerated. For this purpose, after presentations of some important points about the mega sport events in general, a case study about the Football World Cup 2010, hosted by South Africa, will be built. The aim is to explore the subject more objectively, presenting the reader with a practical case that facilitates the understanding of the subject. Aspects relating to the historical, social, political and economic formation of the South Africans will be approached so that we may be able to make critical analysis of the World Cup supported in a consistent theoretical basis. Finally, the championship in question will be directly exploited, where the main expectations regarding the tournament, the necessary investments and the economic impacts on the South Africans society faced to the reality in which it is embedded will lead us to the conclusion of this study. The conclusion we reached is not very different from the already identified by other authors which performed *ex post* mega sporting events analysis about various countries: the expectations of positive impacts for South Africa were also exaggerated and overstated, and the Football World Cup 2010 does not seem to have represented a major boost to growth and economic development of South Africans.

Keywords: Mega-events. Sport. Football. World Cup. South Africa. Economic impacts.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Quantidade de seleções participantes por Copa do Mundo	15
Gráfico 2 – Quantidade de espectadores nos estádios por Copa do Mundo	16
Gráfico 3 – Turistas estrangeiros na França de 1995 a 2000	26
Gráfico 4 – Participação do setor manufatureiro no PIB da África do Sul	43
Gráfico 5 – Taxa de crescimento do PIB na África do Sul de 1961 a 1993.....	45
Gráfico 6 – Taxa de crescimento do PIB na África do Sul de 1994 a 2012.....	49
Gráfico 7 – Fluxo comercial de bens e serviços na África do Sul.....	52
Gráfico 8 – Turismo internacional sul-africano	70
Gráfico 9 – Taxa de desemprego da África do Sul de 2004 a 2012	73

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Mapa da África do Sul	35
Mapa 2 – Cidades-sede da Copa do Mundo de 2010 na África do Sul.....	59

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Gastos do governo nacional sul-africano para a Copa do Mundo.....	61
Tabela 2 – Estádios para a Copa do Mundo de Futebol de 2010	63

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANC	– African National Congress
Azapo	– Azanian People’s Organization
BEE	– Black Economic Empowerment
BRIC	– Brasil, Rússia, Índia e China
BRICS	– Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
BRT	– Bus Rapid Transit
COI	– Comitê Olímpico Internacional
COSATU	– Congress of South African Trade Union
DEAT	– Department of Environmental Affairs & Tourism
FASA	– Football Association of South Africa
FIFA	– Fédération Internationale de Football Association
GEAR	– Growth, Employment and Redistribution
IBAS	– Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul
IDH	– Índice de Desenvolvimento Humano
MERCOSUL	– Mercado Comum do Sul
NEPAD	– Nova Parceria Econômica para o Desenvolvimento
ONU	– Organização das Nações Unidas
OUA	– Organização da Unidade Africana
PAC	– Pan African Congress
PEA	– População Economicamente Ativa
PIB	– Produto Interno Bruto
PNUD	– Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
SACP	– South African Communist Party
SADC	– Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral
SAFA	– South Africa Football Association
SAT	– South African Tourism
SRSA	– Sport and Recreation South Africa
UDF	– United Democratic Front

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	A COPA DO MUNDO DE FUTEBOL	14
2.1	Os investimentos de preparação <i>versus</i> interesse em sediar	18
2.2	Os impactos econômicos e o efeito multiplicador Keynesiano	21
2.3	Estimativas <i>ex ante versus</i> estudos <i>ex post</i>	27
2.4	Países desenvolvidos <i>versus</i> países subdesenvolvidos	29
3	A ÁFRICA DO SUL	33
3.1	O período pré-colonial	35
3.2	A colonização holandesa (1652 – 1795)	36
3.3	A colonização britânica (1795 – 1910).....	38
3.4	Segregação racial e <i>Apartheid</i> (1910 – 1994).....	40
3.5	A África do Sul contemporânea: realidade pós- <i>Apartheid</i>	46
3.6	O futebol na África do Sul	52
4	OS IMPACTOS ECONÔMICOS DA COPA DO MUNDO DE FUTEBOL NA ÁFRICA DO SUL: UMA ANÁLISE <i>EX POST</i>	57
4.1	Os investimentos de preparação	59
4.2	Turismo e consumo	67
4.3	Oportunidades no mercado de trabalho	71
4.4	Crescimento e desenvolvimento econômico	73
5	CONCLUSÃO.....	76
	REFERÊNCIAS	79

1 INTRODUÇÃO

Na pós-modernidade, a realização de megaeventos esportivos vem ganhando relevância progressiva no que concerne ao envolvimento dos países e dos mais diversos povos em torno de toda a esfera global. Líderes governamentais, homens de negócios, atletas, outros profissionais esportivos, cidadãos comuns, assim como as instituições organizadoras responsáveis pela promoção desses tipos de torneios mostram-se cada vez mais interessados, de modo que o tema tornou-se muito comentado no meio acadêmico e em pesquisas diversas, em debates e campanhas políticas, na mídia e nos veículos de comunicação. Na realidade, os campeonatos esportivos de grande porte deixaram de ter uma essência exclusivamente de qualidade de vida, de bem-estar, de saúde, de alegria, de interação entre pessoas e de momentos de descontração, passando a interferir diretamente no contexto social, político e econômico no qual a sociedade contemporânea está inserida.

Portanto, enquanto que as instituições organizadoras passaram a atribuir a esses torneios importantes oportunidades de negócios e de altas taxas de lucratividade, buscando progressivamente a promoção deles, o interesse dos países em sediá-los, em especial o do setor público, tornou-se recheado de expectativas extremamente otimistas. Alimentados por estimativas *ex ante* que mensuram, anteriormente à ocorrência dos megaeventos esportivos, a dimensão dos possíveis impactos, muitos acreditam no desencadeamento de grandes estímulos para o crescimento e para o desenvolvimento econômico do anfitrião, por meio dos quais seria possível a obtenção de benefícios em diversos setores do local receptor, como o fomento do turismo, a criação de novas oportunidades no mercado de trabalho e o aumento do Produto Interno Bruto (PIB). Ademais, vale ressaltar que esse panorama também implica no aumento dos investimentos governamentais e, em menor escala, dos privados, os quais vêm apresentando-se consideravelmente robustos e devem ser alocados no preparo da sede para bem receber a competição.

Com base nas ideias expostas, as quais abordam uma crescente importância dos megaeventos esportivos, é factível destacarmos que essa expansão mostra-se muito forte não só para os locais mais desenvolvidos, mas, em especial, para países que ainda se encontram em fase de desenvolvimento, os quais apostam fielmente nesses campeonatos como importantes impulsores do nível de desenvolvimento econômico. A África do Sul, sede da Copa do Mundo de Futebol de 2010, se encaixa

exatamente nesse perfil de interessados, tendo manifestado concretamente o desejo de receber um Mundial de Futebol desde a segunda metade da década de 1990 até conseguir a conquista do posto. O campeonato carregou consigo uma carga simbólica relevante, não somente devido a ser um território que ainda está em desenvolvimento, mas também em função das particularidades históricas inerentes à nação. Ademais, sem dúvida, as expectativas e o entusiasmo no que concerne aos benefícios potenciais de recepcionar o torneio foram altos e otimistas e fomentados pelas estimativas *ex ante* e pela mídia.

Posto isso, o objetivo principal do trabalho será expor e avaliar quais foram os principais efeitos na economia local da África do Sul ao sediar a Copa do Mundo de Futebol de 2010 por meio de uma análise *ex post* e sob uma ótica mais realista, de modo que tenhamos condições de concluir se esse torneio foi capaz de promover grandes impulsos econômicos conforme comumente estimado pela maioria dos estudos *ex ante*. A utilização de uma situação prática permitirá que tenhamos maior clareza, objetividade e consistência na compreensão do assunto. Adicionalmente, de forma secundária, objetiva-se contribuir com algum conhecimento em relação à economia, à política, à história e à sociedade dos sul-africanos, bem como incentivar novos estudos a respeito do tema e mostrar o quão presente e relevante ele é na contemporaneidade, tanto do ponto de vista prático, quanto do acadêmico. A metodologia utilizada, por sua vez, será a elaboração de um estudo de caso construído por meio da revisão bibliográfica sobre megaeventos esportivos e sobre a África do Sul e por meio da exposição e da análise de dados e indicadores que nos auxiliem na compreensão e na visualização dos reais impactos econômicos provocados pela Copa do Mundo de Futebol de 2010 na sede.

Visando atingir os objetivos propostos, a presente pesquisa será dividida em três capítulos, os quais, cronologicamente, referem-se aos megaeventos esportivos em geral (em especial à Copa do Mundo de Futebol), à África do Sul e, por fim, ao torneio de futebol sediado pelos sul-africanos no ano de 2010. No primeiro capítulo, abordaremos o processo evolutivo dos campeonatos esportivos de grande porte, bem como alguns conceitos importantes. Quanto aos impactos econômicos para os países anfitriões, serão aprofundados os gastos de preparação, os efeitos sobre alguns indicadores macroeconômicos mais relevantes para o tema, como o turismo e o PIB, as divergências entre as otimistas estimativas *ex ante* e os estudos *ex post*

geralmente mais céticos e os contrastes entre sedes desenvolvidas e subdesenvolvidas.

No segundo capítulo, a realidade da África do Sul será explorada por meio da apresentação de características gerais da nação, bem como de sua formação histórica, social, política e econômica, itens fundamentais para o entendimento do panorama no qual os sul-africanos estão inseridos. Aqui, vale ressaltar que esse país possui peculiaridades cuja relevância para estruturarmos o estudo sobre os impactos econômicos da Copa do Mundo de Futebol de 2010 é indiscutível. O contexto socioeconômico da África do Sul pós-moderna, permeado pelas altas taxas de desemprego e pela acentuada desigualdade de renda, está diretamente interligado às suas raízes originárias do período colonial, as quais implicaram na instalação de um forte regime de segregação racial por séculos, o *Apartheid*. Portanto, a importância desse capítulo para uma avaliação consciente e realista dos impactos econômicos do Mundial de Futebol para a sociedade sul-africana é inegável.

O terceiro e último capítulo nos permitirá, finalmente, chegar a uma conclusão quanto aos principais efeitos da Copa do Mundo de Futebol de 2010 para a economia sul-africana. Munidos de uma base teórica consistente quanto aos megaeventos esportivos e quanto à África do Sul, exporemos dados e indicadores que nos permitam uma análise *ex post* dos resultados finais gerados pelo Mundial de Futebol de 2010. A ideia é desvincular o trabalho dos exageros e dos números superestimados das pesquisas *ex ante* a fim de desenvolver um estudo mais sensato sobre o tema. Portanto, apresentaremos, de forma objetiva, as principais expectativas dos sul-africanos frente ao torneio e as confrontaremos com o que, de fato, foi realizado. Exporemos, também, aspectos atrelados aos gastos previstos e realizados, a possíveis progressos na infraestrutura e sua utilidade após o torneio, ao surgimento de novas oportunidades de trabalho e à taxa de desemprego, bem como efeitos sobre indicadores de turismo e sobre a taxa de crescimento do PIB. Com respaldo nesses indicadores e dados e na bagagem teórica formada no primeiro e no segundo capítulo, esperamos chegar a uma conclusão quanto aos principais impactos econômicos da Copa do Mundo de Futebol de 2010 para a África do Sul e dos megaeventos esportivos em geral para seus respectivos anfitriões.

2 A COPA DO MUNDO DE FUTEBOL

Nas últimas décadas, o esporte vem cada vez mais ganhando força e espaço em diversas esferas da sociedade. Campeonatos esportivos mobilizam e impactam milhões de pessoas, abrangendo áreas relacionadas à telecomunicação, à cultura, ao meio ambiente, à política e à economia. Portanto, entidades governamentais e privadas, atletas e a própria população em sua generalidade tendem a desviar progressivamente as suas atenções e esforços em direção à promoção desses torneios, atraídos por boas perspectivas de ganhos financeiros, ascensão profissional e de status, bem como pelo entretenimento, lazer e interação intercultural. Por assim ser, na pós-modernidade, tais eventos assumem proporções globais, podendo ser classificados como megaeventos esportivos. Com base na literatura consultada, uma definição clara e objetiva a respeito do tema sugere que esses torneios, os quais carregam consigo uma importante carga simbólica, atingem alcance internacional e envolvem um elevado número de atletas, além de serem capazes de impactar diversos setores da sociedade (TAVARES, 2011).

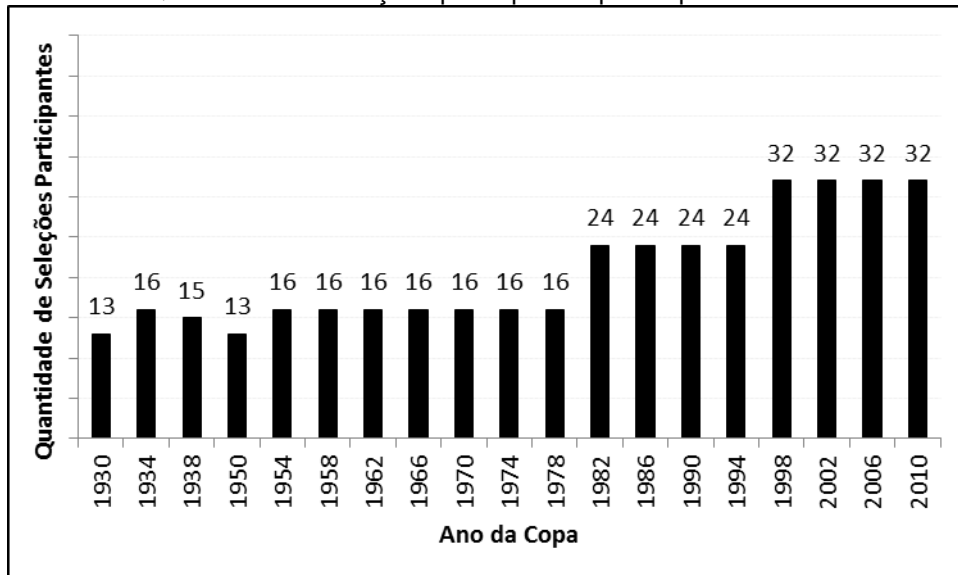
Dentre os megaeventos esportivos mais relevantes e de maior influência sobre a esfera mundial, podemos destacar os Jogos Olímpicos e a Copa do Mundo de Futebol. O primeiro, cuja organização e realização são de responsabilidade do Comitê Olímpico Internacional (COI), teve sua origem em Olímpia, na Grécia Antiga, no século VIII a.C. Inicialmente, a competição era restringida à região grega, abrangendo somente a população e o território local. No entanto, com o desenvolvimento do esporte, o avanço das tecnologias e da globalização e com a consolidação de uma sociedade permeada por interesses capitalistas, os Jogos Olímpicos foram expandidos ao âmbito internacional. Por conseguinte, em 1896, a cidade de Atenas foi palco da primeira edição que envolvia pessoas e interesses das mais diversas nações, além de uma variedade de esportes, como o atletismo e a natação.

A Copa do Mundo de Futebol, por sua vez, tem sua promoção sob responsabilidade de uma instituição criada por um seleto grupo de países europeus no ano de 1904, a *Fédération Internationale de Football Association* (FIFA). Esse torneio é originário de um período bem mais recente devido ao fato de que, embora já existente, o futebol passou a ganhar maior popularidade e relevância nos meios

esportivos no final do século XIX e início do século XX. Frente à expansão “tardia” desse esporte (comparativamente aos Jogos Olímpicos), somente em 1930 ocorreu a primeira Copa do Mundo de Futebol, cujo interesse de realização estava centrado nas oportunidades comerciais e de negócio que a FIFA, sediada em Zurique, na Suíça, e com mais de 200 países associados, enxergava ao promovê-la em um panorama similar ao que foi identificada a expansão internacional dos Jogos Olímpicos: um mundo globalizado predominantemente capitalista.

Nessa conjuntura, a primeira Copa do Mundo de Futebol foi sediada pelo Uruguai e contou com a participação de 13 seleções oriundas de três continentes diferentes: América Latina, América do Norte e Europa. Conforme retratado no gráfico abaixo, considerando a evolução do campeonato ao longo dos anos, identificam-se três ciclos de importantes incrementos na quantidade de seleções participantes: de 1930 a 1978, de 1982 a 1994 e, o ciclo mais recente, de 1998 a 2010. Dessa forma, na última edição, cuja realização se deu em 2010, na África do Sul, 32 nações enviaram suas seleções para competir. Ademais, vale ressaltar a expansão para os outros continentes ainda não explorados até então: África, América Central, Ásia e Oceania.

Gráfico 1 – Quantidade de seleções participantes por Copa do Mundo

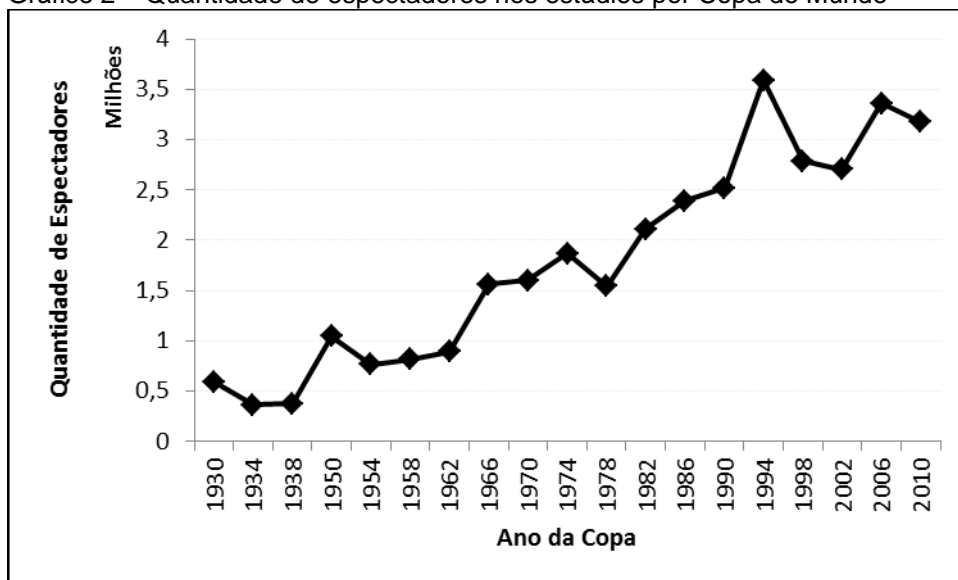


Fonte: elaborado pela autora com base em dados de FIFA (2010a).

No que concerne à evolução da quantidade de pessoas envolvidas no torneio como espectadoras, a expansão da Copa do Mundo de Futebol fica ainda mais evidente. Conforme ilustrado no gráfico a seguir, enquanto que em 1930 verificou-se

um total de aproximadamente 500.000 espectadores nos estádios, 80 anos depois, em 2010, esse número elevou-se substancialmente, ficando em patamar próximo a 3.500.000, o que equivale a um acréscimo de seis vezes. Portanto, considerando a evolução das seleções participantes e da quantidade de espectadores nos estádios, a qual possui trajetória semelhante no histórico das Olimpíadas, presume-se que, com o passar dos anos e das edições, houve uma importante expansão dos megaeventos esportivos, a qual, de acordo com Horne e Manzenreiter (2006), foi e ainda é impulsionada por três principais fatores: o desenvolvimento de novas tecnologias de comunicação em massa, as relações comerciais e de negócios proporcionadas pelos eventos e as oportunidades em termos de legados para o anfitrião.

Gráfico 2 – Quantidade de espectadores nos estádios por Copa do Mundo



Fonte: elaborado pela autora com base em dados de FIFA (2010a).

Quanto à periodicidade e à duração dos torneios esportivos de grande porte, existem algumas variações de acordo com os critérios adotados pelas instituições organizadoras. No caso dos Jogos Olímpicos, a frequência de realização é de dois em dois anos, com revezamentos entre as estações de inverno e de verão, e duram de 15 a 20 dias. A Copa do Mundo de Futebol, por sua vez, acontece de quatro em quatro anos, independentemente da estação climática, e ocupa um período de aproximadamente 30 dias. Por conseguinte, em geral, são eventos de curta duração e que não se repetem somente no longo prazo, isto é, possuem uma frequência relativamente alta. Aqui, vale ressaltar que, mesmo que abranjam um curto espaço

de tempo, possuem um grande poder de envolvimento econômico, social, midiático, político e cultural (TAVARES, 2011).

Posto isso, existe um fator extremamente relevante e delicado a ser analisado: a escolha do país-sede do megaevento esportivo. Tanto nas Olimpíadas, quanto na Copa do Mundo de Futebol, os países interessados em receber o campeonato em solo próprio devem candidatar-se a vaga e são submetidos à decisão final das respectivas instituições internacionais responsáveis. Assim sendo, de acordo com Maennig e du Plessis (2007), o direito de hospedar esses espetáculos esportivos é, na realidade, adquirido por meio de uma escolha conduzida nos moldes e interesses do COI e da FIFA. Levando em conta a Copa do Mundo de Futebol, os autores ressaltam que uma espécie de leilão é organizada, a partir do qual as nações lançam suas ofertas e propostas, sendo avaliadas até o momento em que a sede é finalmente selecionada. Imediatamente após tal decisão, um contrato é firmado, por meio do qual a FIFA estabelece exigências quanto à preparação do local receptor, bem como direitos e deveres das partes envolvidas (MAENNIG; DU PLESSIS, 2007). Em meio a essa realidade, é inevitável o destaque de que, em geral, as instituições organizadoras também tratam a realização do campeonato como uma oportunidade de negócio e, portanto, procuram obter vantagens em termos de lucros e ganhos de receita, arcando com pouquíssimos custos, mas adquirindo privilégios em termos de retornos financeiros.

Nesse contexto, a escolha da sede é divulgada, em média, seis anos antes da competição, e tal antecedência se deve principalmente à necessidade de cumprimento dos inúmeros pré-requisitos estabelecidos e atribuídos à nação receptora do evento. Isto é, o local que receberá a competição deve possuir tempo hábil para munir-se de uma estrutura esportiva especializada submetida a criteriosas normas. Ademais, para viabilizar a hospedagem do torneio, a sede deve preparar-se em termos de infraestrutura básica e de indústria de serviços. Na próxima subseção, aprofundaremos esses desafios do período de preparação em termos de custos diretos e indiretos, buscando entender quais são os principais estimulantes da decisão de sediar um megaevento esportivo frente aos altos gastos.

2.1 Os investimentos de preparação *versus* interesse em sediar

Considerando como base a Copa do Mundo de Futebol, segundo Baade e Matheson (2004), a preparação do país-sede para bem hospedar o megaevento esportivo demanda custos significativos. No que tange à estrutura esportiva especializada, é imprescindível o enquadramento às normas estabelecidas pela federação organizadora do evento. Os autores ressaltam que “[...] a FIFA requer que o anfitrião da Copa do Mundo forneça pelo menos 8 e de preferência 10 modernos estádios capazes de acomodar de 40.000 a 60.000 espectadores cada.”¹ (BAADE; MATHESON, 2004, p. 1087, tradução nossa). No entanto, as exigências intrínsecas às partidas de futebol não se limitam única e exclusivamente ao mencionado, mas perpassam por uma infinidade de itens referentes à localização dos estádios, ao sistema de vigilância de televisão, ao acesso e estacionamento para os meios de comunicação, aos bancos para os jogadores substitutos, aos vestiários, banheiros e áreas de banho, aos estúdios de televisão (FIFA, 2007). Em busca do cumprimento de tantas exigências, os investimentos alocados em construções e reformas atreladas às instalações esportivas costumam abranger a maior parte do orçamento destinado ao evento.

Complementarmente, como já destacado, além desses complexos, os quais estão diretamente relacionados a viabilizar o acontecimento dos jogos da Copa do Mundo, o anfitrião deve estar bem preparado para receber um grande influxo de pessoas, entre turistas, atletas, comissões técnicas, líderes governamentais e esportivos. Logo, os esforços também são direcionados para a garantia de uma rede de energia elétrica e de transportes confiáveis para abastecer não só a população local, como também a incremental durante o período da competição. A estrutura hoteleira, hospitalar, de alimentação, de lazer, de segurança e de serviços também requer atenção, com o foco de assegurar que a demanda adicional durante o período seja suprida devidamente. Dentre os setores que merecem atenção especial, a segurança pública é um dos que mais requer investimentos, principalmente após os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001, nos Estados Unidos da América (ZMBALIST, 2010). Portanto, para atender às exigências e necessidades atribuídas à infraestrutura esportiva e básica, bem como ao setor de

¹ Texto original: “[...] FIFA requires that the World Cup host country provide at least 8 and preferably 10 modern stadiums capable of seating 40,000 to 60,000 spectators each.”

serviços, a alocação de uma quantidade exorbitante de recursos financeiros é necessária, podendo variar de acordo com o nível de desenvolvimento da nação e de infraestrutura pré-existente.

No que tange à procedência dos meios de financiamento desses investimentos, existem basicamente duas fontes. A principal delas, as instituições públicas representadas pelo governo local, é responsável por arcar com a maior parcela dos gastos destinados à preparação do torneio. Isto é, o maior peso de um evento de grande porte em termos da verba destinada à preparação recai sobre os cofres públicos, de modo que os responsáveis finais por arcar com esses gastos exorbitantes são os próprios contribuintes. Por assim ser, sugere-se que a origem mais representativa dos meios de pagamento de megaeventos esportivos é a mesma que a da construção de hospitais e escolas públicas ou de outros investimentos imprescindíveis para o desenvolvimento de uma nação. Em contrapartida, os investidores privados, como times de futebol locais, arcam com uma parcela bem menor dos recursos de financiamentos desses espetáculos, pois grande parte deles está apoiada na crença de que a construção ou reforma de estádios não é tão atraente do ponto de vista da lucratividade, visto que o aumento das receitas geralmente não compensa de maneira efetiva o aumento dos custos (SIEGFRIED; ZIMBALIST, 2000).

Apesar da realidade retratada, segundo a qual a escolha de ser sede de um megaevento esportivo remete a custos de preparação altíssimos, os países, nas suas mais variadas estruturas de organização social, econômica e política, competem cada vez mais arduamente para conquistarem o título de anfitriões da Copa do Mundo de Futebol e dos Jogos Olímpicos. Esse interesse ascendente pelo recebimento dos torneios em solo próprio é brevemente ilustrado por Baade e Matheson (2004) ao exporem o fato de que, no passado, as nações que se mostravam atraídas em sediar os megaeventos esportivos eram predominantemente desenvolvidas, ao passo em que, hoje em dia, verifica-se uma expansão desse entusiasmo às regiões subdesenvolvidas.

Em face das ideias destacadas até o momento, uma questão crucial surge: por quais motivos diversos países têm tanto interesse em ser palco de campeonatos esportivos de grande porte? Em outras palavras, o que torna os megaeventos esportivos tão atraentes a ponto de estimular a euforia governamental e, em menor grau, de instituições privadas, a apostarem recursos exorbitantes na sua realização?

De fato, as expectativas do setor público e, em casos excepcionais, de instituições privadas, são consideravelmente otimistas. Além dos efeitos psicológicos intangíveis, como a sensação de alegria e de bem-estar proporcionada pelo espetáculo, o contato entre culturas distintas, o incentivo à prática do esporte, o sentimento de orgulho cívico, de realização e de senso de comunidade, a crença na obtenção de vantagens políticas e econômicas é muito forte. Em geral, os autores que tratam do assunto compartilham de hipóteses semelhantes a essas a fim de justificar o interesse. Para Allmers e Maennig (2009), acredita-se que, além do entusiasmo proporcionado pelo espetáculo e da possibilidade de exposição da nação-sede nos meios midiáticos, espera-se um retorno positivo sobre os investimentos de preparação. Baade e Matheson (2004) também ressaltam que o otimismo está baseado na crença de oportunidades de exposição a nível internacional e defendem que ser palco de um megaevento esportivo pode ter fins políticos ao permitir que a sede mostre ao mundo a sua economia, a política e a cultura local. Adicionalmente, alertam para a possibilidade de promoção de um grande impulso econômico, o qual seria sustentado principalmente pela atração de turistas e seus consequentes gastos no país. Zimbalist (2010) ainda complementa que os efeitos de publicidade que contribuem para a promoção da sede a nível internacional incentivam turistas que não pretendiam conhecê-la, e os efeitos psicológicos intangíveis poderiam contribuir para um aumento da produtividade da força de trabalho local. Em síntese:

Os megaeventos esportivos passaram a ser vistos como oportunidades de promoção para cidades e países em termos de legados econômicos, urbanísticos, sociais, culturais, ambientais e esportivos, entre outros, o que explica o envolvimento de governos nas candidaturas e organização de megaeventos esportivos. (TAVARES, 2011, p. 18).

Em meio a tantas expectativas positivas por parte dos financiadores dos megaeventos esportivos e, por muitas vezes, por parte do próprio cidadão comum, enfocaremos no estudo aqui desenvolvido os impactos econômicos gerados pelo recebimento de um espetáculo dessa magnitude. Isso porque, embora o interesse de sediar um torneio de proporções globais também seja de cunho cultural, de exposição midiática, de incentivo do esporte e da qualidade de vida, no mundo contemporâneo, onde a lógica capitalista predomina e orchestra a relação entre países e humanos, as perspectivas de impulsos econômicos saltam aos olhos

daqueles que estão inseridos nesse panorama. À vista disso, é factível afirmarmos que o principal elemento de atração de subsídios governamentais e de nações dispostas a serem anfitriãs desse tipo de competição é a crença em um conseqüente e importante crescimento da economia local.

2.2 Os impactos econômicos e o efeito multiplicador Keynesiano

Na literatura brasileira, a avaliação dos impactos econômicos potenciais de megaeventos esportivos com base em evidências empíricas ainda é escassa. Portanto, o presente estudo será construído por meio de uma revisão de pesquisas de autores estrangeiros sobre campeonatos desse tipo transcorridos em diferentes épocas e locais. Em linhas gerais, a teoria de que as grandes competições esportivas desencadeiam impactos (efeitos de curto prazo) econômicos significativos para a sede refere-se a impulsos capazes de promover um crescimento adicional da economia local, o qual possivelmente não ocorreria nas mesmas proporções sem a sua realização. Esses estímulos normalmente são considerados como conseqüências dos investimentos pró-realização do torneio e do incremento do consumo de bens e serviços, de modo a serem associados à elevação do PIB e da renda nacional, à geração de empregos, à expansão da indústria do turismo, entre outros. Nesse contexto, faz-se necessário resgatar o fato de que os efeitos são conseqüências, em primeira instância, dos gastos alocados na preparação da indústria de serviços e da infraestrutura básica e esportiva, de tal forma que a consolidação de um resultado líquido positivo é dependente de uma relação custo-benefício favorável.

Posto isso, esses efeitos econômicos devem ser identificados sob duas dimensões distintas: os diretos e os indiretos. Para Szymanski (2002), os investimentos, adicionalmente aos gastos incrementais dos consumidores (turistas estrangeiros e moradores locais), seriam os principais responsáveis pelos efeitos diretos sobre a economia local. Isto é, a construção ou reforma de aeroportos e centros comerciais, por exemplo, e o consumo adicional de bens e serviços, como a compra de bilhetes de entrada a partidas de futebol e os gastos de visitantes estrangeiros em hotéis, proporcionariam uma primeira injeção de dinheiro a circular na economia do país receptor, a ponto de estimular o seu crescimento. Induzidos pelos efeitos diretos, impactos de segunda ordem seriam gerados para outros

setores da economia, constituindo os efeitos indiretos. Os últimos estão relacionados às variações de renda e de produção em setores que não têm contato direto com o campeonato, mas que são influenciados por ele indiretamente, como a geração de empregos em atividades de produção de materiais de construção ou como a mudança nos padrões de consumo de outros nichos econômicos. Visando tornar mais clara essa ideia, Szymanski (2002, p. 02, tradução nossa) apresenta um exemplo didático e relativamente simples:

[...] se os gastos de espectadores produzem \$100 de renda para um vendedor de cachorro-quente, em seguida, uma fração desta renda (digamos 50%) será gasta em bens e serviços fornecidos em outros setores da economia, e gerará um ganho econômico de \$50 para esses fornecedores. Se esses fornecedores também gastam 50% do que eles recebem, em seguida, uma nova rodada de estímulos econômicos ocorre (\$25). Este processo irá continuar interminavelmente, mas depois de um pequeno número de rodadas o tamanho do incremento será insignificante.²

Os efeitos de segunda ordem ilustrados no exemplo do autor constituem o chamado “multiplicador”, o qual foi proposto por Keynes em estudo sobre como os gastos do Estado poderiam estimular a economia de uma nação por meio da elevação na demanda. O principal objetivo do economista era alcançar um método factível para mensurar a variação total na renda nacional oriunda de eventuais aumentos nos investimentos. Logo, segundo Froyen (2002), de acordo com a Teoria do Efeito Multiplicador Keynesiano, uma mudança inicial positiva nos investimentos (distúrbio inicial) provoca um aumento proporcional à sua magnitude na demanda, o que induz o aumento da produção e, conseqüentemente, da renda dos fatores de produção. A partir disso, verifica-se uma elevação nos gastos dos consumidores, ainda que inferior à proporção de aumento da renda, o que dá partida aos efeitos indiretos, pois possibilita o desencadeamento de novas injeções de dinheiro em circulação na economia através da intercalação de incrementos (ainda que cada vez menores) nos gastos dos consumidores e na renda nacional. Por assim ser, o montante total de aumento da renda nacional será superior a proporção da variação do investimento inicial, em função de que “[...] o aumento nos investimentos leva a

² Texto original: “[...] if expenditure by spectators produces \$100 of income for a hot-dog seller, then some fraction of this income (say 50%) will be spent on goods and services supplied elsewhere in the economy, and generate an economic gain of \$50 for those suppliers. If those suppliers also spend 50% of what they receive, then another round of economic stimulus occur (\$25). This process will continue endlessly, but after a small number of rounds the size of the increment will be negligible.”

aumentos induzidos na demanda por consumo, à medida que a renda aumenta.” (FROYEN, 2002, p. 108).

No entanto, deve-se tomar cuidado ao utilizar esse conceito em estudos que se dispõem a mensurar os possíveis impactos econômicos de megaeventos esportivos. Conforme destaca Matheson (2004), grande parte dessas análises é feita com base em estimativas do número de visitantes e de seus respectivos gastos associados ao período do torneio, obtendo-se os efeitos diretos. Adicionalmente, multiplicadores definidos por modelos matemáticos baseados nos padrões normais de funcionamento da economia são aplicados, resultando na mensuração dos efeitos indiretos. Entretanto, durante competições de esporte como a Copa do Mundo de Futebol ou os Jogos Olímpicos, o sistema econômico de um país ou região com certeza não está submetido às condições normais de funcionamento (MATHESON, 2004). Portanto, esses multiplicadores utilizados para o período estudado são, por muitas vezes, inexatos e até mesmo exagerados, o que dá margem à superestimação dos benefícios.

O principal motivo prático pelo qual os multiplicadores utilizados nas estimativas normalmente são inflados e geram um cálculo de efeitos indiretos maiores do que os de fato verificados são as chamadas “fugas de renda”. Esse termo sugere que parte do aumento da renda nacional proporcionado pelo campeonato não é realocada na economia da sede, mas direcionada a regiões fora dela, gerando desvios da renda incremental para áreas externas ao ciclo econômico local. Estudiosos do tema abordam diferentes maneiras de concretização desse fenômeno, respaldados em dados que o explicitam. Baade e Matheson (2004) destacam que, durante os torneios, se o país ou a região já se encontrar sob pleno emprego (ou em situação próxima a essa) ou se há a necessidade de contratação de mão-de-obra especializada, é provável que pelo menos parte dos empregos gerados em atividades que estão direta ou indiretamente relacionadas à competição seja suprida por uma força de trabalho originária de outros locais. Assim sendo, o aumento da renda que for atribuído a esses trabalhadores possivelmente não será repassado para a economia local, mas sim, à região de origem daquele indivíduo.

Ademais, por muitas vezes, a indústria hoteleira da sede, por exemplo, a qual recebe uma parcela considerável dos gastos dos visitantes durante a competição, pode ser formada não só por proprietários nacionais, como também por internacionais. Isso sugere que parte do aumento da renda dos hotéis também não

seja realocada na economia do país anfitrião, mas sim, desviada para o país de origem dos seus proprietários (BAADE; MATHESON, 2004). Siegfried e Zimbalist (2000) complementam a hipótese das fugas de renda, cuja principal consequência é a não injeção da renda incremental na economia da nação hospedeira. Segundo eles, os preços cobrados nos estabelecimentos próximos ou dentro das instalações esportivas geralmente são mais elevados do que em outros mais distantes delas. Dessa forma, esse incremento de preço é repassado pelos seus donos para o local de onde são provenientes, o qual, na maioria dos casos, não pertence ao país-sede. Siegfried e Zimbalist (2000) ainda apontam para a ideia de que uma importante parcela do aumento da renda nacional oriunda dos investimentos incrementais é diretamente repassada ao governo sob forma de impostos. Outra parcela, também relevante, é depositada em poupanças locais e não locais ou ainda desviada ao mercado monetário mundial. Nesses dois casos, essas frações dos ganhos em termos de renda nacional não retornam imediatamente a circular na economia da sede a ponto de estimular o seu crescimento, mas fluem para destinos alternativos.

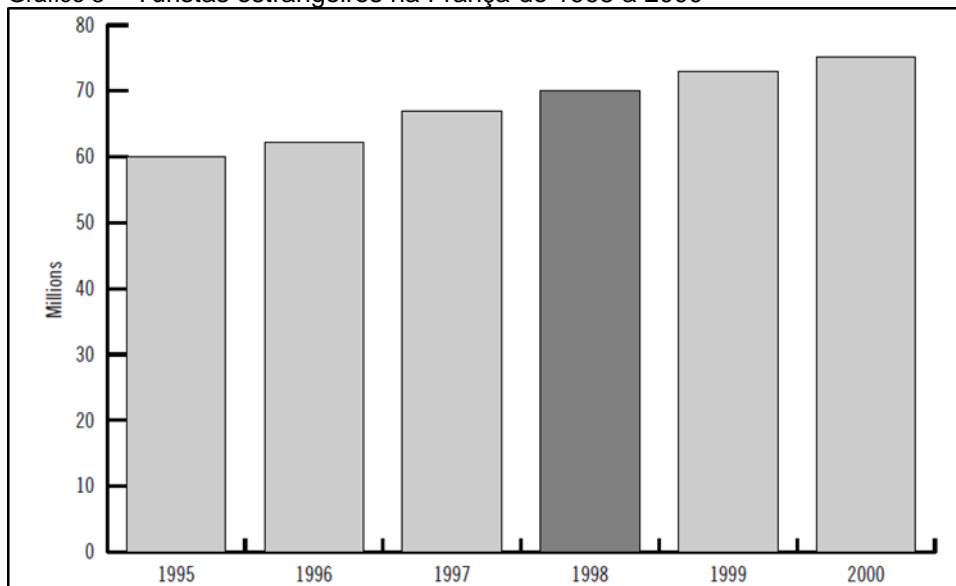
No entanto, adicionalmente ao uso dos multiplicadores exagerados e inflados, a superestimação dos impactos econômicos de megaeventos esportivos pode ser atribuída a outras particularidades do comportamento da economia durante esses campeonatos. Szymanski (2002) enfocou as peculiaridades da demanda e do consumo de campeonatos esportivos de grande porte que contribuem para os exageros. Segundo o autor, a demanda criada pelo governo por meio do aumento nos investimentos pode simplesmente estar sendo desviada de outras atividades caso os consumidores em questão sejam residentes da sede. Isso acontece, pois esse aumento do consumo da população local em determinados setores poderia estar condicionado à redução do consumo em outros setores, ocasionando um fenômeno chamado de “efeito de substituição”. Nesse contexto, a única hipótese segundo a qual os gastos de consumidores locais atrelados ao campeonato gerariam estímulos à economia é a de que esses indivíduos não deixaram de consumir em outros setores, mas optaram por não poupar naquele período a fim de desfrutar do momento presente. Ademais, caso esses desvios de demanda e consumo estiverem sendo destinados a atividades menos produtivas, o potencial de produtividade da economia poderia estar sendo reduzido.

Quanto às mudanças no comportamento dos consumidores, em especial dos residentes, há situações nas quais as pessoas preferem acompanhar os jogos de

suas próprias casas, entre amigos e família, buscando evitar o tumulto e os congestionamentos que se estabelecem nas ruas. Nesses casos, no momento em que essas pessoas estão deixando de sair de suas residências, presume-se que pode haver uma redução do consumo delas. Os pesquisadores definem essa ocorrência como efeito “*couch potato*” (ALLMERS; MAENNIG, 2009). Em última instância, em uma conjuntura econômica na qual a capacidade de oferta não tenha condições de crescer nas mesmas proporções do que a da demanda, os investimentos públicos (ou privados) referentes ao megaevento esportivo poderiam acarretar em um processo inflacionário (ou de aumento de preços) via aumento de demanda sem o acompanhamento da oferta (SZYMANSKI, 2002).

No que tange aos impactos na indústria do turismo, a confiabilidade das previsões de estímulos ao influxo de turistas estrangeiros provenientes da exposição da nação a nível internacional parece tomar o mesmo rumo. A literatura referente ao assunto, em geral, defende que as taxas de crescimento do número de visitantes não residentes durante os megaeventos esportivos costumam não destoar muito das comumente constadas. Abaixo, por meio do gráfico elaborado por Szymanski (2002), podemos concluir que o crescimento do número de visitantes estrangeiros na França seguiu uma linha de tendência muito semelhante, tanto nos anos anteriores à Copa do Mundo de Futebol de 1998, transcorrida no país em questão, quanto no ano do torneio e nos anos subsequentes. A partir desses dados, é pertinente destacarmos que o efeito líquido do evento sobre o fluxo de turistas não residentes que se destinaram ao país foi próximo à zero. Ou seja, os ganhos em termos de visitantes estrangeiros que foram à França desfrutar do espetáculo proporcionado pela competição foram contrabalanceados por perdas também causadas pela realização do torneio.

Gráfico 3 – Turistas estrangeiros na França de 1995 a 2000



Fonte: Szymanski (2002, p. 07).

Os ganhos mencionados referem-se à entrada de turistas estrangeiros no país anfitrião que viajam para prestigiar o evento. As perdas, por outro lado, concernem a motivos diversos. O primeiro a ser destacado, e não mais importante do que os demais, refere-se ao fato de que turistas que já pretendiam visitar o país-sede o deixam de fazer almejando evitar as multidões e congestionamentos oriundos da realização do torneio, além das eventuais altas nos preços. Em determinadas circunstâncias, pelos mesmos motivos, os próprios moradores locais optam por sair do país durante o campeonato. Esse movimento de desvio é denominado efeito “*crowding out*” (BAADE; MATHESON, 2004). No primeiro caso, se esses indivíduos estão apenas postergando a sua viagem àquele local, não há efeitos negativos. Do contrário, precisa-se computá-los como perdas no setor turístico relacionadas ao megaevento. Ademais, na maioria das estimativas, os visitantes estrangeiros que já iriam viajar ao país independentemente do campeonato esportivo também são considerados na soma dos benefícios nesse nicho econômico, o que contribui para a sua superestimação. Outro fator que pode ser prejudicial à indústria do turismo e que não é considerado nas estimativas dos impactos econômicos diz respeito à ocorrência de possíveis situações desagradáveis no transcorrer do campeonato que afastem visitantes potenciais, como ataques terroristas, má condições climáticas e de limpeza urbana, condições de transportes e de segurança precárias.

Em face das evidências expostas, presume-se que os megaeventos esportivos podem, sim, contribuir positivamente para a economia da nação receptora. No entanto, normalmente esses impactos benéficos vêm acompanhados de outras consequências negativas, as quais devem ser computadas na mensuração do efeito total. Se esses contrabalanceamentos forem devidamente aplicados, os efeitos líquidos dos megaeventos esportivos podem acabar ficando próximos à zero, diferentemente das expectativas iniciais, as quais são comumente respaldadas em dados brutos e multiplicadores inflados. Portanto, do contraste entre essas estimativas exacerbadas em relação aos impactos econômicos e os fatos expostos que contribuem para o contrabalanceamento desses impulsos, surge a necessidade de explorarmos cada um desses enfoques com o intuito de entender o porquê dessas discrepâncias. Assim sendo, na seção subsequente exporemos as duas linhas de pesquisa que tratam do assunto, abordando brevemente as diferenças nos métodos e resultados de cada uma.

2.3 Estimativas *ex ante* versus estudos *ex post*

À vista do exposto em relação aos impactos econômicos de megaeventos esportivos, é cabível o destaque da existência de basicamente duas diferentes correntes de estudiosos que abordam e aprofundam as pesquisas a respeito do assunto. De um lado, estão aqueles que realizam estimativas *ex ante* sobre os possíveis efeitos na sede, baseando-se em análises do cenário, em pesquisas com tomadores de decisão em setores relevantes, em modelos econométricos e em multiplicadores originários desses modelos (ALLMERS; MAENNIG, 2009). Os promotores dessas análises, também chamados de “*event boosters*”³, creem em grandes impulsos econômicos, fazendo previsões de benefícios significativos e, por isso, demonstram um forte otimismo em suas pesquisas. Consideram como válida a ideia do setor público de que um influxo maciço de turistas pagaria os custos de sediar o evento (BAADE; MATHESON, 2004). Ademais, essas estimativas comumente subestimam os custos totais. A maioria delas é utilizada na atração do interesse das instituições públicas a subsidiar os investimentos necessários e, por isso, possuem um viés por meio do qual procuram expor as razões pelas quais os

³ No contexto apresentado, a expressão “*event boosters*” corresponde a indivíduos que fomentam e defendem a realização dos grandes eventos esportivos.

países podem obter vantagens substanciais ao hospedarem grandes campeonatos esportivos (ZIMBALIST, 2010). Portanto, em geral, são estimativas de resultados líquidos positivos, as quais são consideradas exageradas e vêm, cada vez mais, sendo questionadas e criticadas (ZIMBALIST, 2002).

O motivo pelo qual as estimativas *ex ante* são, em sua maioria, exageradas e superestimam os impactos econômicos dos megaeventos esportivos corresponde ao fato de que elas não consideram os efeitos negativos que também são presenciados na economia local, além de não descontarem os ganhos que já ocorreriam naturalmente. Isto é, elas baseiam-se em efeitos diretos e indiretos obtidos com base nos multiplicadores inflados, os quais são utilizados sem as devidas correções e ajustes. Dessa forma, mesmo quando as análises *ex ante* são elaboradas cautelosamente e de forma bem planejada, elas podem ser prejudicadas por três deficiências teóricas já exploradas na subseção anterior: as fugas de renda, o efeito de substituição e o efeito “*crowding out*” (MATHESON, 2006). Por conseguinte, os ganhos não são contrabalanceados pelas perdas, de modo que a relação custo-benefício é desproporcional ao verificado empiricamente. Outro problema identificado concerne às grandes variações na estimação dos impactos econômicos de um mesmo tipo de megaevento esportivo em períodos e países distintos, mesmo que haja grandes diferenças entre eles, indício que também dá margem a dúvidas quanto à confiabilidade das estimativas.

De outro lado, contrapondo-se aos *event boosters*, identificam-se acadêmicos que realizam pesquisas baseadas em estudos *ex post*, cujo principal intuito é explicar o porquê das grandes discrepâncias entre as estimativas *ex ante* e os impactos econômicos que, de fato, são constatados. Essas pesquisas a posteriori podem ser realizadas de duas formas: comparando, entre si, dados da nação receptora anteriores, posteriores e simultâneos ao período em que o megaevento foi realizado ou comparando somente dados do período corrente da realização do evento com os de outras nações do mesmo período. Os dados e indicadores majoritariamente utilizados perpassem por vários itens característicos da economia local, sendo que os principais são: renda e PIB per capita, taxa de desemprego, vendas, arrecadação de impostos tributáveis sobre vendas, taxas de ocupação e preços de hotéis, chegadas e partidas de voos internacionais. (MATHESON, 2006).

Esses estudiosos costumam ser mais céticos (ou até mesmo pessimistas) em relação aos possíveis benefícios. Em sua maioria, não enxergam efeitos positivos

expressivos a curto e longo prazo, ou seja, alegam que efeitos líquidos permanentes não são gerados. Szymanski (2002) evidenciou essa ideia ao realizar um estudo a posteriori no qual identificou que, durante os anos de Copa do Mundo de Futebol ou de Jogos Olímpicos, o crescimento das 20 maiores economias do mundo (medidas em função de seus PIB correntes) foi menor. Em função disso, “Um número crescente de autoridades públicas está pedindo avaliações ‘*ex post*’ dos impactos econômicos, e as grandes previsões ‘*ex ante*’ tendem a ser cada vez mais desacreditadas.”⁴ (SZYMANSKI, 2002, p. 09, tradução nossa).

2.4 Países desenvolvidos versus países subdesenvolvidos

A partir da base teórica abordada, na qual foram expostos dados e fatos relacionados ao histórico e conceitos importantes, aos gastos exorbitantes necessários para a preparação da sede e aos potenciais impactos econômicos, julga-se viável a abordagem de uma polêmica muito presente na mídia e nos meios acadêmico e político contemporâneos: as diferenças entre a realização de megaeventos esportivos em países subdesenvolvidos e desenvolvidos. Em linhas gerais, a ideia é esclarecer as particularidades de sediar um evento esportivo de grande porte em nações com situações econômicas distintas, de modo que possamos destacar os desafios e os impulsores adicionais inerentes a níveis discrepantes de desenvolvimento econômico.

A primeira etapa para realizar tal avaliação é a compreensão rápida e objetiva de quais são as principais características que permitem a classificação dos países como subdesenvolvidos ou desenvolvidos. Em relação aos primeiros, os aspectos predominantes que os encaixam a essa classificação concernem à baixa renda per capita e ao baixo PIB per capita predominantes, bem como a existência da dificuldade (ou falta) de acesso a condições básicas de vida, como saúde, educação, emprego, água, saneamento básico, moradia. Portanto, são nações onde o Índice de Desenvolvimento Humano⁵ (IDH) tende a ser mais baixo. Aqui, é

⁴ Texto original: “An increasing number of public authorities are asking for *ex post* evaluations of economic impact, and large *ex ante* forecasts are likely to be increasingly discredited.”

⁵ Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) mede, de forma objetiva e sintética, o progresso a longo prazo de três aspectos do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde. A organização também destaca que o indicador surgiu como um contraponto ao PIB per capita, cujo enfoque é econômico e não social.

importante salientar que essas condições não são estáticas, isto é, é possível a ocorrência de uma evolução do estágio descrito para condições melhores. Em vista dessa possível transitoriedade, a Organização das Nações Unidas (ONU) e o Banco Mundial consideram pertinente defini-los como “países em desenvolvimento”. Os países desenvolvidos, por sua vez, conhecidos como países avançados ou industrializados, têm como principal aspecto o alto nível de desenvolvimento econômico e social, o qual é dependente de um alto nível de industrialização, de renda per capita, de PIB per capita e de IDH. Posto isso, é plausível considerarmos que os países em desenvolvimento, em geral, possuem carências e deficiências públicas que desenvolvidos geralmente não têm ou apresentam em menor grau.

Nesse contexto, é inegável que a realização de eventos esportivos de grande porte difere em termos de custos e impactos econômicos se realizados em nações com distintos níveis de desenvolvimento. Partindo dos gastos atribuídos à preparação da sede em termos de infraestrutura esportiva especializada, como a construção de estádios, e de infraestrutura básica, como a reforma de aeroportos, há uma forte tendência de que o montante de dinheiro alocado seja significativamente maior nos países em desenvolvimento (BAADE; MATHESON, 2004). O principal motivo para tal refere-se às condições de infraestrutura pré-existentes visivelmente mais precárias, as quais, para atingir os padrões exigidos pelas instituições organizadoras e para suprir o incremento na demanda durante o torneio, requerem verbas maiores do que em nações desenvolvidas, onde a realidade pré-existente geralmente é bem mais próxima da requerida.

Todavia, não só o total de recursos alocados são maiores nos países subdesenvolvidos, como também o custo de oportunidade das construções referentes ao campeonato (BAADE; MATHESON, 2004). Isto é, em panoramas onde o estágio de desenvolvimento é inferior a outros, o custo da construção de um estádio, por exemplo, mesmo que não varie em relação ao montante de dinheiro alocado, pode ser muito maior em termos de valor para a sociedade. Isto é: o fato de que os recursos poderiam estar sendo aplicados a outros projetos mais relevantes para o desenvolvimento econômico e social da nação é bem mais importante para aqueles que ainda não atingiram o estágio de desenvolvimento e visam alcançá-lo. Portanto, a ideia exposta é a de que os investimentos (predominantemente financiados pelo governo) em construções esportivas ou melhorias dos meios de

transporte poderiam estar sendo aplicados à solução de outros problemas mais urgentes à sociedade, como o acesso a escolas e hospitais públicos.

No que concerne às divergências quanto aos impactos econômicos, o primeiro aspecto que deve ser atentado é a questão de que, como o entretenimento e as instalações esportivas são considerados bens de luxo⁶, os quais tem maior demanda em países com renda e PIB per capita mais elevados, esses itens tendem a cair em desuso após o término do megaevento nas regiões subdesenvolvidas (BAADE; MATHESON, 2004). Dessa forma, nos casos de sedes com níveis de desenvolvimento mais baixos, após alguns dias do final do torneio, grande parte das instalações esportivas tornam-se verdadeiros elefantes brancos⁷, os quais continuam gerando altos custos de manutenção, mas passam a não ter utilidade ou a ser subutilizados naquele local e, conseqüentemente, deixam de gerar receita (ZIMBALIST, 2010). Entretanto, Zimbalist (2010, p. 11, tradução nossa) aponta para uma possível vantagem dos países subdesenvolvidos nesse quesito, afirmando que “Com um bom planejamento, a hospedagem de um grande evento pode servir como um catalisador para a construção de transporte moderno, comunicações e infraestrutura esportiva, o que geralmente beneficia mais as áreas menos desenvolvidas”⁸. Nesse caso, provavelmente tais investimentos básicos não teriam sido aplicados ou seriam adiados por muitos anos sem o estímulo do torneio.

Em suma, apesar do fato de que a decisão de sediar um megaevento esportivo inquestionavelmente exige gastos (ou investimentos) exorbitantes e está atrelada a possíveis impactos econômicos que nem sempre correspondem às estimativas realizadas em estudos *ex ante*, os custos da realização de grandes torneios esportivos em países desenvolvidos e em países em desenvolvimento divergem entre si. Os motivos dessas discrepâncias referem-se a diferenças em termos de infraestrutura pré-existente, de nível de renda e PIB per capita, de acesso a condições básicas de vida e de características do comportamento dos agentes econômicos. Dessa forma, conforme disposto no decorrer dessa subseção, as conseqüências dessas competições, tanto em termos de custos, quanto em termos

⁶ Os bens de luxo são bens cuja utilização está atrelada aos consumidores de alta renda. Na maioria das vezes, não são itens essenciais e, portanto, podem ser considerados como supérfluos.

⁷ Nesse contexto, “elefante branco” é um termo de cunho político utilizado para fazer referência a obras públicas das quais um país não consegue se desvencilhar e cujos custos de manutenção são tão altos que não compensam a sua utilidade ou valor.

⁸ Texto original: “With proper planning, hosting a large event can serve as a catalyst for the construction of modern transportation, communications, and sports infrastructure, which generally benefits less-developed areas more.”

de efeitos para a economia local, tendem a ser mais prejudiciais (ou menos benéficas) em nações com nível de desenvolvimento inferior, e são justamente essas nações que vêm ganhando mais espaço e visibilidade nas disputas para sediá-las.

Por conseguinte, a título de avaliação e exposição com maior profundidade de uma situação prática na qual um megaevento esportivo foi hospedado por uma nação em desenvolvimento, será elaborado, nos próximos capítulos, um estudo *ex post* sobre o recente caso sul-africano com respaldo na base teórica até aqui exposta. Ou seja, estudaremos os impactos econômicos da Copa do Mundo de Futebol de 2010 na África do Sul, explorando, primeiramente, o funcionamento histórico, social, político e econômico do país, de modo que tenhamos condições de fazer uma análise mais consistente e consciente dos efeitos sobre a economia da nação receptora do Mundial de Futebol organizado pela FIFA no ano de 2010.

3 A ÁFRICA DO SUL

A África do Sul, neste ano de 2010, comemora um século de independência e atrai a atenção geral pela realização da primeira Copa Mundial de Futebol no continente africano. A pujança econômica e natural, bem como as contradições sociais do país, impactam os observadores. O contraste entre, de um lado, os bairros de classe média (predominantemente branca), os arranha-céus *a la Manhattan* de Joanesburgo e o charme do turismo e, de outro, as favelas ao longo das estradas, os *informal settlements* negros das periferias urbanas e a miséria de certas regiões rurais é marcante, como no Brasil. (PEREIRA; VISENTINI, 2010, p. 11).

A realização da Copa do Mundo de Futebol de 2010 em solo sul-africano sem dúvida pode ser considerada como um importante marco na história da humanidade, cuja carga simbólica é relevante principalmente em face das peculiaridades intrínsecas ao país. Pela primeira vez, uma nação pertencente ao continente africano sediou o maior campeonato futebolístico a nível internacional, contribuindo para que os “olhos do mundo” se voltassem àquela sociedade permeada por diversidades étnicas e culturais, além de contrastes socioeconômicos marcantes. Desde a sua candidatura, perpassando pela sua eleição e pelos anos de preparação, até o momento no qual o torneio se concretizava, a África do Sul adquiriu maior visibilidade na mídia, nos debates políticos, nos estudos acadêmicos e nos assuntos cotidianos da população mundial em geral. Certamente, os cidadãos locais sentiram esses efeitos de exposição; no entanto, outras consequências puderam ser notadas. Dentre elas, é factível destacarmos os impactos que concernem à economia anfitriã, os quais, em virtude da significativa influência que podem exercer sobre o comportamento dos agentes econômicos e sobre a vida do povo receptor do espetáculo, são dignos de pesquisas mais detalhadas.

Em primeira instância, a viabilidade de uma análise consistente e condizente com a realidade sobre os impactos econômicos de um megaevento esportivo específico está atrelada não só ao uso de bons dados e indicadores referentes ao campeonato propriamente dito e a aspectos da nação receptora nos anos próximos ao torneio. Como explorado no capítulo anterior, a pesquisa sobre os efeitos de uma competição dessa magnitude também é dependente das bases e da estrutura social, política e econômica do país-sede, de modo que pode apresentar determinadas particularidades de acordo com os paradigmas inerentes à nação. Portanto, a primeira etapa para a elaboração do estudo sobre a Copa do Mundo de Futebol de 2010 na África do Sul será uma breve exposição e avaliação das principais

características sul-africanas, como dados gerais, história, formação e transformação da sociedade, economia e política, as quais englobam possíveis dificuldades e potencialidades enfrentadas pelo país.

Posto isso, a África do Sul, ou República da África do Sul, está localizada no extremo sul do continente africano e é banhada pelo Oceano Índico, a leste, e pelo Oceano Atlântico, a oeste. Esses dois oceanos encontram-se ao sul do país, constituindo um importante ponto histórico: o Cabo da Boa Esperança. As zonas fronteiriças permitem a ligação direta com outros seis países, todos eles pertencentes ao mesmo bloco continental, mais precisamente na região da África Austral: Namíbia, Botswana e Zimbábue, ao norte, Moçambique e Suazilândia, ao leste, e Lesoto, o qual está inserido na região central do território sul-africano. Sua extensão territorial é de 1.220.813 km² (SOUTH AFRICA, 2012), o que representa algo próximo a 15% da área de terras ocupadas pelo Brasil. O país é dotado de três capitais, sendo cada uma delas centralizadora de funções estatais importantes: Pretória (capital administrativa), Cidade do Cabo (capital legislativa) e Bloemfontein (capital judicial). Aqui, vale destacar que, mesmo não sendo uma capital, a cidade de Joanesburgo está entre as mais importantes do país.

A sociedade sul-africana, por sua vez, é mundialmente conhecida pela sua diversidade étnica, idiomática, cultural e de crenças religiosas. Quanto ao tamanho populacional, o *Statistics South Africa* estimou, em 2013, um total de 52.982.000 habitantes, isto é, por volta de 25% da população brasileira (SOUTH AFRICA, 2013c). O órgão estatístico governamental ainda apresentou dados referentes à formação populacional, expondo que 79,8% da população são formados por negros, também denominados de africanos, 9% por mestiços de europeus e africanos (*coloured*), 8,7% por brancos descendentes de holandeses e britânicos e 2,5% por indianos ou asiáticos. No que concerne aos idiomas falados, existem 11 línguas oficiais: africâner, inglês, ndebele, xhosa, zulu, sesotho do norte, sesotho do sul, tswana, swazi, venda e tsonga. A língua inglesa é muito recorrente no mundo dos negócios e em eventos oficiais como a Copa do Mundo de Futebol, entretanto não está entre as mais faladas. O zulu, o xhosa e o africâner lideram, em ordem decrescente, o *ranking* dos idiomas mais falados na África do Sul, seguidos imediatamente pelo inglês (SOUTH AFRICA, 2012).

Mapa 1 – Mapa da África do Sul



Fonte: CIA, 2014.

3.1 O período pré-colonial

A realidade social, política e econômica na qual a África do Sul pós-moderna está inserida é fortemente atrelada às suas raízes históricas originárias da época da colonização europeia, as quais correspondem a um importante ponto de partida para uma trajetória marcante. Historiadores apontam que as primeiras nações estrangeiras a aportarem na região, por volta de 1500, se depararam com a existência de povos nativos primitivos constituídos pelos chamados *Khoisans*. Segundo Ribeiro e Visentini (2010), os *Khoisans* eram, na realidade, compostos por dois grupos com características idiomáticas, físicas, sociais, políticas e econômicas semelhantes: os *Khoikhoi* (ou “Hotentotes”) e os *Sans* (ou “Bosquímanos”). A principal divergência entre ambos atribuía-se ao fato de que os primeiros eram criadores de gado (ou pastores) instalados nas regiões costeiras onde havia pastagens, enquanto que os segundos eram caçadores que se espalhavam por todo o subcontinente (SOUTH AFRICA, 2013b). No entanto, as terras locais também eram povoadas pelos chamados bantos: agricultores e pastores seminômades que constituíam diferentes grupos étnicos como os *Nguni*, os quais posteriormente deram origem aos *Xhosas* e aos *Zulus* (RIBEIRO; VISENTINI, 2010).

Posto isso, em face da intensa atividade marítima dos séculos XV e XVI entre a Europa e a Ásia, basicamente realizada pela Rota Marítima do Cabo, a região do extremo sul da África era um ponto estratégico regularmente frequentado pelas grandes embarcações que precisavam se reabastecer durante as longas viagens de negócios. Nesse contexto, em 1488, Bartolomeu Dias, de origem portuguesa, foi o primeiro a aportar no território pertencente à atual África do Sul, atribuindo a Portugal o pioneirismo naquelas terras ainda não exploradas. Aproximadamente dez anos após, em 1497, outro português, Vasco da Gama, desembarcou no mesmo local e procurou explorar o povo nativo. Sem sucesso, o desinteresse pelas terras aflorou, acarretando no seu abandono. Entretanto, como já mencionado, por se tratar de um local estrategicamente atraente no que concerne à possibilidade de descanso, conserto de navios e fonte de mantimentos, outras nações europeias se interessaram pela instalação de bases próprias (ou feitorias), de modo que, em 1652, os holandeses, representados pela Companhia Holandesa das Índias Orientais, fundaram uma estação de abastecimento para navios de passagem no Cabo da Boa Esperança, onde hoje fica a Cidade do Cabo (SOUTH AFRICA, 2013b).

3.2 A colonização holandesa (1652 – 1795)

Após a instalação da feitoria holandesa, verificou-se um período de importante progresso dessa base de abastecimento. De início, a principal atividade estabelecida foi o comércio com os primeiros nativos contatados, os *Khoikhoi*. No entanto, a partir de 1657, as autoridades metropolitanas passaram a distribuir terras produtivas para os imigrantes europeus empregados na feitoria, nas quais a agropecuária foi desenvolvida. Desse modo, conforme mais terras eram adquiridas, e as atividades agrícolas e de criação de gado se expandiam, a demanda por força de trabalho também crescia. A oferta de mão-de-obra local, entretanto, não acompanhou o ritmo de crescimento da demanda, dado que os *Khoikhoi* se recusavam a trabalhar nas áreas submetidas ao controle dos colonos, de tal forma que a importação de escravos de regiões do oriente africano e asiático foi estabelecida (SOUTH AFRICA, 2013b). Ademais, de acordo com Ribeiro e Visentini (2010), a etapa inicial da colonização foi marcada por uma forte política de povoamento, através da qual se verificou um elevado crescimento demográfico

sustentado pela atração dos próprios holandeses, mas também de franceses que fugiam de perseguições religiosas no seu país de origem, os chamados huguenotes, e de alemães. Posteriormente, esses imigrantes de diferentes nacionalidades constituíram um grupo único de colonos europeus brancos, os chamados *boers*, cujo papel na história sul-africana foi fundamental. Por conseguinte, em face da expansão do território dominado, do desenvolvimento da agropecuária e do aumento da população europeia, nasciam, assim, as primeiras colônias de povoamento no sul do continente africano.

A partir de 1700, à medida que os *boers* ganhavam volume populacional e a agricultura e a pecuária se intensificavam, eles passaram a avançar em direção a regiões do interior sul-africano, expandindo as áreas de domínio em direção a leste e a sudoeste e pressionando os *Khoikhoi* a recuarem para regiões habitadas pelos *Sans* e por outros grupos, como os bantos *Xhosas*⁹. Ademais, por volta de 1717, enquanto que a metrópole estabelecia a proibição de novos imigrantes europeus na tentativa de frear a crescente autonomia dos *boers*, a demanda por força de trabalho continuava em ascensão. Frente a tal situação, os colonos optaram por explorar a mão-de-obra dos *Khoikhoi* como servos ou até mesmo como escravos, enquanto que os *Sans* eram dizimados por doenças como a varíola. Concomitantemente, a expansão das terras ocupadas ocasionava a chamada “africanização dos *boers*” (RIBEIRO; VISENTINI, 2010), os quais se desvinculavam gradativamente da metrópole colonial e se autodeclaravam cidadãos africanos com uma identidade própria, a *afrikaner*. Aqui, vale destacar que essa “[...] identidade era fortemente paternalista, preconceituosa e discriminatória” (RIBEIRO; VISENTINI, 2010, p. 28). Ademais, um novo segmento populacional da relação entre os homens europeus brancos e mulheres negras surgia. Os mestiços (ou *coloured*), como foram chamados, tornaram-se numerosos e, assim como os negros, foram fortemente explorados e reprimidos.

Em síntese, o sistema colonial holandês na África do Sul foi delineado pela inserção da agropecuária na lógica comercial mercantilista da Companhia

⁹ Segundo Ribeiro e Visentini (2010), a expansão dos *boers* a leste sul-africano, iniciada no período de colonização holandesa, acarretou, em 1775, a disputa por terras na fronteira entre a colônia e regiões dominadas por povos bantos *Xhosas*. Essa disputa foi permeada por uma série de conflitos denominados de Guerras Cafres e teve fim somente em 1856, quando os britânicos haviam se aliado ao *boers* contra os *Xhosas*.

Holandesa das Índias Orientais (PEREIRA, 1978¹⁰ *apud* BRAGA, 2011). O desenvolvimento dessa atividade econômica foi sustentado pelo domínio e expansão sobre as terras da colônia e pela exploração da escravidão e da mão-de-obra servil dos nativos, de modo que os povos negros e mestiços passavam a ser subjugados e inferiorizados pela minoria branca europeia.

3.3 A colonização britânica (1795 – 1910)

No final do século XVIII, o enfraquecimento da Holanda e o fechamento da Companhia Holandesa das Índias Orientais deram espaço à colonização britânica, cujo início se deu em 1795, sendo concretizada somente em 1814. O domínio inglês sobre as terras da atual África do Sul durou aproximadamente um século e foi quase que integralmente permeado por conflitos entre os colonos oriundos da Grã-Bretanha e os *boers*. Esses confrontos eram fomentados pelas divergências de ideais e interesses, visto que os britânicos não apoiavam as condutas racistas, opressoras e escravagistas, além de não sustentarem o sistema mercantilista fechado e regulatório imposto pelos holandeses (SOUTH AFRICA, 2013b). Os novos colonizadores, guiados por princípios capitalistas e liberais, tomaram medidas que prejudicaram a forma com que os *afrikaners* se estruturavam social e economicamente. Em 1828, a lei de igualdade racial¹¹ foi promulgada e, em 1833, a escravatura foi abolida¹². Ademais, as atividades de agropecuária mantidas pelos *boers* eram retrógradas e pouco competitivas frente ao novo sistema econômico dinâmico e imperialista estabelecido pelos ingleses, o qual se voltava ao fomento das exportações (RIBEIRO; VISENTINI, 2010). Para Braga (2011, p. 60), o “[...] capitalismo britânico transformou toda a dinâmica socioeconômica da colônia, defrontando-se com a lógica de produção bôer, muito pouco monetarizada e essencialmente agrícola.”

Inconformados com as mudanças advindas da colonização britânica, os *boers* (ou *trekboers*) passaram a migrar em direção ao norte, com o intuito de fugir do

¹⁰ PEREIRA, J. M. N. **As raízes do Apartheid**. Estudos Afro-Asiáticos, Rio de Janeiro, CEEA/ UCAM, ano 1, n. 1, p. 26-34. jan.-abr. 1978.

¹¹ A lei da igualdade racial de 1828 determinava direitos civis iguais para todos e a libertação da discriminação legal (SOUTH AFRICA, 2013b). Isto é, os povos nativos negros “[...] foram reconhecidos como homens livres e com direitos iguais a ingleses e boêres.” (BRAGA, 2011, p. 61).

¹² Nota-se que, mesmo com o estabelecimento da liberdade política para os ex-escravos e para os povos nativos negros, eles continuaram economicamente dependentes dos empregos ofertados pela minoria branca (BRAGA, 2011).

controle inglês e formar uma nova comunidade colonial com mais autonomia, por meio da qual o mantimento das suas formas arcaicas de organização baseadas na exploração dos povos nativos negros e dos *coloured* seria viabilizado (RIBEIRO; VISENTINI, 2010, BRAGA, 2011). Esse movimento de emigração, transcorrido nos anos de 1836 a 1844, ficou conhecido como Grande Trek e acarretou o confronto e a derrocada de grupos bantos instalados na região nordeste, como os *Zulus*. Nesse período, os *boers* tiveram importantes conquistas, como a fundação da República do Natal em 1838 (anexada em 1842 pelos ingleses), do Estado Livre de Orange em 1842 e do Transvaal em 1852, todas elas pertencentes a regiões do nordeste até então ocupadas por bantos. Aqui, é importante destacar que a crescente necessidade de mão-de-obra nessas áreas estimulou a chegada de imigrantes indianos que vinham da Ásia. Para Ribeiro e Visentini (2010), o predomínio da discriminação racial passou a ser sistemático nessas áreas, tendo em vista a escravização dos negros, mestiços e, agora, dos indianos dominados. Paralelamente, os britânicos, preocupados em ter sob o seu controle toda a região colonial para manter e fomentar o novo sistema capitalista que vinha sendo implantado, buscaram incessantemente anexar as áreas ocupadas pelos *boers*, de modo que conseguissem detê-los e submetê-los às suas formas de organização social, econômica e política.

Nesse panorama, após a descoberta de jazidas de diamantes, em 1867, e de ouro, em 1885, as relações e as lutas acirraram-se. A revolução mineral pela qual o sul da África passou a partir da década de 1860 (SOUTH AFRICA, 2013b) contribuiu para que a indústria da mineração ganhasse um importante espaço na lógica do capitalismo britânico, ao passo que o interesse dos ingleses pelo controle total das regiões com metais preciosos aumentou vertiginosamente (BRAGA, 2011). Portanto, a ocupação dos *afrikaners* sobre territórios ricos em minerais também passou a representar um empecilho para os ingleses que delas queriam se beneficiar em prol da mineração. Braga (2011) destaca que as cidades possuidoras de jazidas, como Joanesburgo, atraíam cada vez mais imigrantes e tornavam-se as mais povoadas do subcontinente, enquanto que a segregação e a discriminação racial expandiam-se também para as atividades mineradoras. Em face do panorama exposto, após diversas investidas em anexar as terras dominadas pelos *boers*, os colonos da Grã-Bretanha armaram, em 1899, a guerra anglo-boer, cujo cume foi a derrota dos *boers* em 1902.

Perante essa rivalidade que permanecia e que trazia muitas incertezas e fraquezas à dominação da Inglaterra sobre o sul da África, os britânicos decidem estabelecer, em 1910, a União da África do Sul, por meio da qual as regiões dominadas pelos *boers* foram unificadas às de dominação inglesa: Transvaal, Orange, Cabo e Natal. Além disso, a colônia passou a ter maior autonomia em relação à metrópole, o que constituiu uma primeira etapa para a sua independência. Nesse panorama, a decadência dos *boers*, aliada à dependência que eles passaram a ter das atividades econômicas guiadas pelos ingleses, ocasionou o aumento da defesa e da reivindicação do estabelecimento de princípios segregacionistas, visto que a disputa com os negros, *coloured* e indianos pelos piores cargos empregatícios tornou-se necessária (BRAGA, 2011). Portanto, a União da África do Sul consolidava, nesse momento, uma sociedade fortemente preconceituosa e racista, permeada por pretextos conservadores e ultrapassados advindos do nacionalismo *afrikaner*¹³.

3.4 Segregação racial e *Apartheid* (1910 – 1994)

Os anos que seguiram a constituição da União da África do Sul reforçaram os preceitos segregacionistas sobre a sociedade sul-africana, por meio dos quais a superioridade da população branca e a discriminação racial foram intensificadas. Essa minoria branca, representada principalmente pelos *afrikaners* e britânicos, era opressora e dependia da exploração da mão-de-obra dos povos nativos negros e, em menor escala, dos *coloured* e dos indianos, empregando-os com salários miseráveis nas terras onde desenvolviam a agricultura intensiva, nas atividades de mineração e, posteriormente, nas indústrias. Adicionalmente, diversas leis que concretizavam os princípios segregacionistas foram implantadas, como a reserva dos melhores empregos para os brancos, a *Native Land Act* de 1913, que designava que apenas 7,3% das terras seriam destinadas ao povo nativo negro, os quais representavam 75% da população local, e a *Native Urban Act* de 1923, que proibia por completo a instalação dos negros nas cidades dos brancos. Em face da

¹³ As raízes do nacionalismo *afrikaner* estão no período em que esse grupo de imigrantes europeus, originários da época da colonização holandesa, fugia “da autoridade do governo inglês, buscando conquistar terras e derrotar os chefes bantos, escravizando a população negra.” (RIBEIRO; VISENTINI, 2010, p. 32). Portanto, os preceitos desse nacionalismo se enrijeciam ao passo que os ingleses buscavam anexar as terras conquistadas pelos *boers* no período da descoberta de jazidas de metais preciosos.

profunda imersão nessa realidade, em 1948, ao assumirem o poder político da região, os *afrikaners*, representados pelo Partido Nacional, instituíram oficialmente o sistema segregacionista do *Apartheid*, o qual perdurou por longas quatro décadas e representou a institucionalização e a expansão do segregacionismo racista. Durante esse regime, enquanto que os britânicos ficaram responsáveis pelas políticas econômicas sul-africanas, o Partido Nacional impunha novas leis que feriam os direitos civis básicos da vasta população negra (BRAGA, 2011), o que acentuava e oficializava a realidade de separação.

Visando ilustrar de forma rápida e objetiva algumas das barbáries do *Apartheid*, podemos citar a Lei de Registro da População de 1950, cujo objetivo era dividir todas as pessoas em categorias raciais, a Lei de Repressão ao Comunismo de 1950, a qual reprimiu e ilegalizou algumas organizações de oposição como o *South African Communist Party* (SACP)¹⁴, e a Lei de Passes de Documentos de 1952, por meio da qual a circulação dos negros foi limitada e controlada, haja vista que eles tinham que portar-se de um livro de referência para transitar (PEREIRA, 2010). Braga (2011) ainda destaca que, no ano de 1953, o convívio nos mesmos locais públicos por brancos e negros foi proibido, de modo que placas *Whites Only* foram instaladas nesses lugares. Quanto à educação, a menor parte das crianças e adolescentes negros tinha acesso às escolas, e o sistema educacional passou a ser controlado pelo Estado, cujo intuito era difundir os princípios do *Apartheid* na vida dos jovens (PEREIRA, 2010). O auge da radicalização do regime segregacionista foi atingido com a promulgação da Lei de Promoção do Autogoverno Banto de 1959, segundo a qual as reservas negras foram divididas em oito diferentes territórios com autonomia administrativa (ou autogovernos), os chamados “bantustões”, o que manteria os negros fora das áreas predominantemente brancas, porém suficientemente próximos para serem utilizados como mão-de-obra barata (PEREIRA, 2010).

Paralelamente, o movimento político anti-*Apartheid* se estruturava. Em 1912, o *African National Congress* (ANC)¹⁵ foi fundado, constituindo a primeira e principal organização de oposição (SOUTH AFRICA, 2013b). Segundo Pereira (2010), nos primeiros anos de sua formação, os objetivos do partido eram basicamente conciliadores, assumindo, no entanto, a forma de resistência não violenta a partir de

¹⁴ Nome do partido em português: Partido Comunista Africano

¹⁵ Nome do partido em português: Congresso Nacional Africano

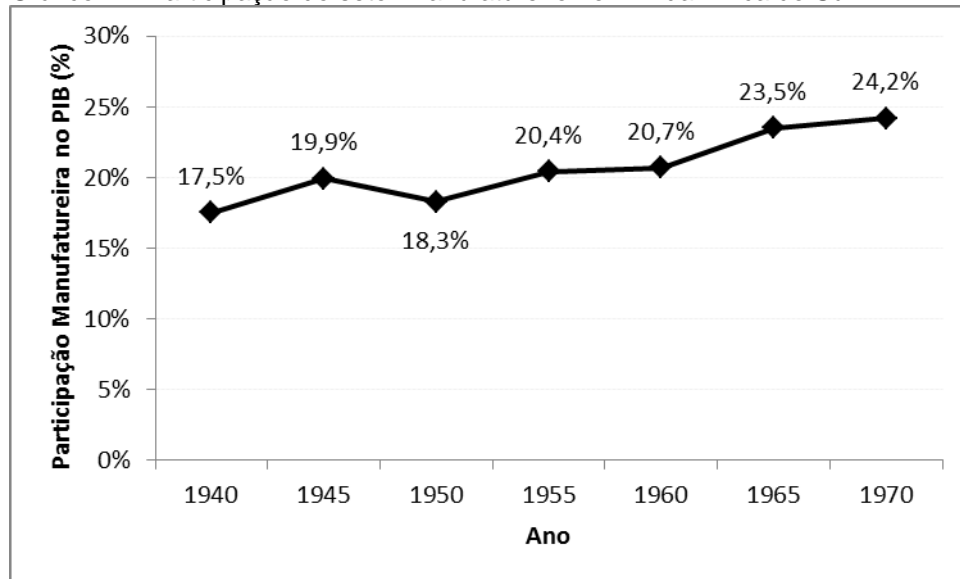
1946. Em 1955, o ANC lançou a Carta da Liberdade (*Freedom Charter*), a qual enunciou a aderência a lutas mais radicais apoiadas na cultura de direitos humanos e de não racismo e cuja carga simbólica é relevante até hoje no que concerne a luta pela liberdade (SOUTH AFRICA, 2013b). Portanto, como consequência do fortalecimento e da expansão do ativismo anti-*Apartheid*, núcleos mais extremistas se formaram dentro do ANC, de modo que, em 1958, o *Pan African Congress* (PAC)¹⁶, liderado por Nelson Mandela e Oliver Tambo, foi fundado. Em resposta à ascensão e radicalização das frentes antirracistas que ameaçavam a vitalidade do regime segregacionista, o Estado *afrikaner*, na década de 1960, passou a tomar medidas mais repressivas para conter as ações armadas e a resistência interna e, assim, neutralizar esses movimentos de oposição, como prisões, exílios e perseguições (SOUTH AFRICA, 2013b). Em 1960, o ANC e o PAC foram decretados ilegais; em 1964, após retornar de viagem ao exterior em busca de aliados, Nelson Mandela foi condenado à prisão perpétua; e, a partir de 1966, algumas leis segregacionistas foram removidas com o objetivo de “mascarar” a imagem do sistema no âmbito internacional e amenizar as pressões externas, assegurando a sua permanência (BRAGA, 2011).

No que tange à economia local, a agricultura intensiva, sustentada pela mão-de-obra barata dos povos nativos negros, foi, durante muito tempo, a principal atividade econômica desenvolvida na África do Sul. Os produtos primários eram voltados à exportação, o que colocava o país em uma posição periférica a nível internacional (PEREIRA, 2010). Quanto à mineração, a descoberta de metais preciosos no período da colonização inglesa possibilitou o nascimento de um novo e importante segmento para a economia sul-africana, onde a força de trabalho negra também foi explorada. No entanto, na nova era vivenciada pela então intitulada União da África do Sul, as crises externas, como a I e II Guerra Mundial e a Crise de 1929, foram importantes impulsores para o processo de industrialização, o qual se deu por meio da substituição de importações sustentado no protecionismo e no rompimento com a política econômica liberal britânica até então implantada. Esse complexo de indústrias nascentes era voltado ao mercado interno e fortemente dependente da importação de bens de capital, cujo financiamento era feito por meio da exportação dos produtos primários e de ouro e diamante (PEREIRA, 2010).

¹⁶ Nome do partido em português: Congresso Pan-Africanista

Durante a década de 1960, o país vivenciou o maior surto de expansão da indústria manufatureira, por meio do qual a participação do setor no PIB teve um incremento significativo, passando a ser o mais importante da economia da África do Sul (PEREIRA, 2010). Ademais, as altas taxas de crescimento econômico predominaram, chegando ao pico de 8,9% em 1965 (THE WORLD BANK, 2014a).

Gráfico 4 – Participação do setor manufatureiro no PIB da África do Sul



Fonte: elaborado pela autora com base em dados de Price, 1991¹⁷ apud Braga, 2011.

Entretanto, após o *boom* econômico da década de 1960, os sul-africanos viram a economia local afundar em uma crise estrutural na década de 1970, a qual estava atrelada à crise social e política do *Apartheid* (PEREIRA, 2010). Braga (2011) defende que as contradições entre o regime segregacionista e a ascendente indústria manufatureira contribuíram para a quebra da estabilidade econômica e sociológica do sistema baseado no nacionalismo *afrikaner*. No que concerne à relação da África do Sul com os países vizinhos, a partir da segunda metade da década de 1970, verificou-se a sua deterioração, dado que diversos territórios, como Angola e Moçambique, até então aliados à minoria branca sul-africana, se tornavam independentes e passavam a ser governados por líderes anti-*Apartheid*. Ademais, o autor ainda destaca que estudantes negros passaram a protestar contra as medidas do sistema de segregação racial, tendo como principal consequência sociológica o nascimento do movimento da Consciência Negra, o qual se difundiu em meio à

¹⁷ PRICE, R. M. **The Apartheid State in crisis: political transformation in South Africa, 1975-1990.** New York: Oxford University Press, 1991.

população reprimida. Os protestos tomaram forma de revoltas e rebeliões mais radicais, culminando, em 1976, na chamada Revolta de Soweto, a qual, juntamente com a violenta repressão imposta pelo Partido Nacional, repercutiu internacionalmente. Em face dessas ocorrências, outras nações mudaram suas posturas frente à África do Sul, assim como a Organização das Nações Unidas (ONU), a qual se manifestou contra as barbáries do *Apartheid*.

A crise econômica se estendeu pela década de 1980. Segundo Pereira (2010), três fatores contribuíram para a deterioração da economia local, ocasionando, em 1989, a recessão: a redução dos preços do ouro; o aumento dos gastos para a manutenção do regime segregacionista; e as sanções financeiras internacionais impostas à África do Sul em virtude do *Apartheid*¹⁸. Ademais, a instabilidade social e política não só se estendeu para os anos de 1980, como se tornou mais ríspida. O novo líder do Partido Nacional, Botha, a fim de manter os *afrikaners* no poder, melhorar a imagem externa do país e acalmar os ânimos internamente, promoveu reformas políticas limitadas (PEREIRA, 2010). A realidade de exclusão e repressão dos negros, no entanto, permaneceu, e a nova Constituição de 1983 manteve os negros fora da participação política (BRAGA, 2011).

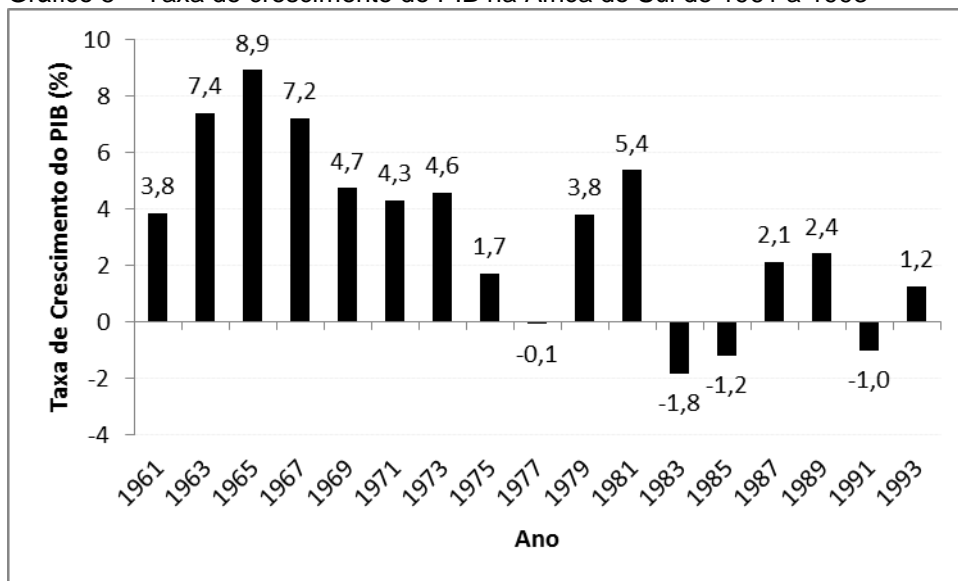
Frente a tal realidade, a organização em massa de mobilizações sociais anti-*Apartheid*, as lutas armadas e a solidariedade internacional passaram a se expandir e a se integrar (SOUTH AFRICA, 2013b), adquirindo a forma de revoltas cada vez mais violentas e bem estruturadas, enquanto que a repressão do Partido Nacional também aumentava. Novas frentes antirracistas nasceram, como a *United Democratic Front* (UDF), a *Azanian People's Organization* (Azapo) e o *Congress of South African Trade Union* (COSATU). Quando o sucessor de Botha, Frederic Willem de Klerk, assumiu a liderança do país, em 1989, a recessão econômica e a instabilidade social e política estavam instaladas. De acordo com Braga (2011), como estratégia para acalmar os ânimos e, assim, manter a minoria branca no poder, Klerk acabou adotando medidas que contribuíram para o desmantelamento do sistema segregacionista, como a legalização dos partidos banidos e a libertação

¹⁸ Conforme aborda Pereira (2010), na década de 1980, a queda dos preços do ouro reduziu as receitas cambiais, prejudicou a lucratividade das minas de ouro, afetou outras matérias-primas, promoveu o declínio das exportações e à desvalorização da moeda nacional, diminuindo, em última instância, as receitas fiscais. O declínio das receitas fiscais, por sua vez, prejudicou a manutenção regime, o qual demandava altos custos principalmente em virtude do isolamento da África do Sul a nível internacional. Quanto às sanções, os sul-africanos viram a crise da dívida se instalar, ocasionando a retirada generalizada de crédito e a fuga de capitais.

de prisioneiros. Em 1990, Nelson Mandela adquiriu, novamente, a sua liberdade e, em 1994, após um longo processo de aumento das buscas por apoio internacional e de complicadas e conflituosas negociações com os líderes *afrikaners*, assumiu a presidência do país concretizando o fim do *Apartheid*.

No gráfico abaixo, é possível identificarmos, por meio da evolução da taxa de crescimento do PIB sul-africano, os cenários econômicos descritos acima. Na década de 1960, esse indicador permaneceu em patamar relativamente elevado, o que representa o bom momento da economia da África do Sul. A partir da década de 1970, no entanto, ao passo que a crise instalava-se, o crescimento do PIB caiu consideravelmente, atingindo valores negativos em 1977. A década 1980, por sua vez, confirmou a instabilidade e a crise econômica, as quais também repercutiram na variação do PIB local, cuja volatilidade ao longo dos anos foi gritante.

Gráfico 5 – Taxa de crescimento do PIB na África do Sul de 1961 a 1993



Fonte: gráfico adaptado de Dathein (2010) com base em dados do The World Bank (2014a).

Em suma, frente ao panorama de crise e instabilidade econômica, política e social, violência e repressão, revoltas das massas civis permeadas por lutas armadas e deterioração e isolamento das relações externas em virtude da má reputação do regime instalado no país, o sistema de segregação racial viu o seu fim chegar, ao passo que as forças populacionais até então excluídas e reprimidas ascenderam, adquirindo espaço para estabelecer uma sociedade mais igualitária, justa e democrática. Nelson Mandela, líder e representante do ANC, foi uma figura emblemática nesse sentido e teve sob sua responsabilidade um grande desafio: a

superação das cicatrizes deixadas pelo *Apartheid*, possibilitando a união e a redemocratização da nação sul-africana de forma pacífica.

3.5 A África do Sul contemporânea: realidade pós-*Apartheid*

Altas taxas de desemprego, acentuada desigualdade de renda e altos índices de criminalidade: esse foi o legado do *apartheid* e de séculos de exploração racial. Essas mazelas reincidiam principalmente sobre a maioria negra. O principal desafio do governo de Nelson Mandela foi criar a Nova África do Sul em projeto ilustrado na metáfora do *Rainbow Nation*, um país multirracial, multiétnico e multilinguístico. A árdua tarefa de corrigir as desigualdades históricas sem estimular o revanchismo dos negros contra os brancos dependeria principalmente da habilidade política do presidente Mandela. (BRAGA, 2011, p. 233).

O ano eleitoral de 1994 marcou o início de uma nova era para a África do Sul e para a comunidade internacional. O processo de eleição desse ano já trazia consigo consequências advindas do fim do sistema do *Apartheid* e do período de transição à democracia, visto que abriu espaço para a votação de toda a população sul-africana, incluindo negros, indianos e *coloured*, até então excluídos da vida política. Nelson Mandela, um dos principais líderes dos movimentos ativistas anti-*Apartheid* e, agora, prêmio Nobel da Paz, foi eleito o novo presidente da República da África do Sul e deparou-se com uma realidade fortemente atrelada às raízes históricas do período iniciado com a colonização europeia. Mandela liderou o início do processo de redemocratização da África do Sul e garantiu a sua continuidade nos governos que se seguiram. Os sucessivos governos do ANC procuraram erradicar a realidade estabelecida pela segregação racial e tomaram medidas para tal, como a revogação de todas as leis racistas instituídas durante o regime e o lançamento de uma nova Constituição em 1996, a qual visava promover a transformação da sociedade e proteger os direitos dos cidadãos (BRAGA, 2011). O fato é que a institucionalização da discriminação racial foi extinta, ao passo que a democracia renascia e se firmava.

Entretanto, conforme destaca Braga (2011), a existência de uma nação dividida em dois polos perdurou. Essa polarização, no entanto, deixou de ser diretamente determinada por critérios raciais, mas sim, pelas desigualdades socioeconômicas herdadas do regime racista, de modo que a divisão entre ricos e pobres tornou-se preponderante. Ademais, a liberação para que a parcela da sociedade até então reprimida pudesse voltar a se locomover livremente dentro do

país propiciou a formação de imensas favelas próximas, ou dentro, dos grandes centros urbanos, explicitando à extrema pobreza e as péssimas condições de vida que até então estavam retiradas das terras ocupadas pelos brancos (PEREIRA; VISENTINI, 2010). Outros fatores críticos que chamam a atenção e que, até hoje, são problemas graves enfrentados pelas autoridades e pelo povo sul-africano dizem respeito às altíssimas taxas de desemprego e as epidemias de AIDS/HIV, as quais, juntamente com a desigualdade social, contribuem para a criminalidade e violência.

Visando ilustrar a realidade desses problemas sociais e econômicos que se mantêm em solo sul-africano mesmo com o fim do regime de segregação racial, é factível a exposição de alguns dados e indicadores. De acordo com Dathein (2010), de 1994 a 2001, mais de 50% da população vivia abaixo da linha da pobreza, número que, apesar de ter sido reduzido para pouco mais de 40% até 2007 em virtude das políticas sociais governamentais, continuou em níveis alarmantes. Quanto à desigualdade, o autor destaca que houve uma piora concentrada nos anos de 1994 até 2000, permanecendo praticamente estável a partir desse ano. O Índice de Gini, um dos principais indicadores utilizados para medir a desigualdade social ou de renda, saltou de 0,56 no ano de 1995 para 0,67 em 2006 (THE WORLD BANK, 2014a). As taxas de desemprego, por sua vez, explicitam o fato de que uma enorme parcela da População Economicamente Ativa (PEA) da África do Sul está desempregada. Desde a queda do *Apartheid*, o desemprego flutua acima de 20%, tendo atingido um pico de 27,1% em 2003 (THE WORLD BANK, 2014a). Ademais, a proporção de pessoas infectadas pelo vírus HIV corresponde, nos últimos anos, a aproximadamente 9%, tendo apresentado uma piora de 8,7% em 2002 para 10% em 2013 (SOUTH AFRICA, 2013c). Frente aos graves problemas socioeconômicos que perduram, é imprescindível destacarmos que a parcela da população que mais sofre é a mesma que sofreu com a segregação racial durante séculos. Isto é, a grande maioria negra, os *coloured* e os indianos constituem a maior parte da fatia populacional mais pobre, desempregada, sob situação de extrema pobreza ou, ainda, atingida por doenças como a AIDS/HIV.

Portanto, apesar de o fim do *Apartheid* ter representado uma importante transição política interna, com a redemocratização, e externa, com a reinserção sul-africana na comunidade internacional, os problemas estruturais socioeconômicos perduram dentro do país, e os principais atingidos continuam sendo aqueles que durante o regime segregacionista foram excluídos e reprimidos. Pereira e Visentini

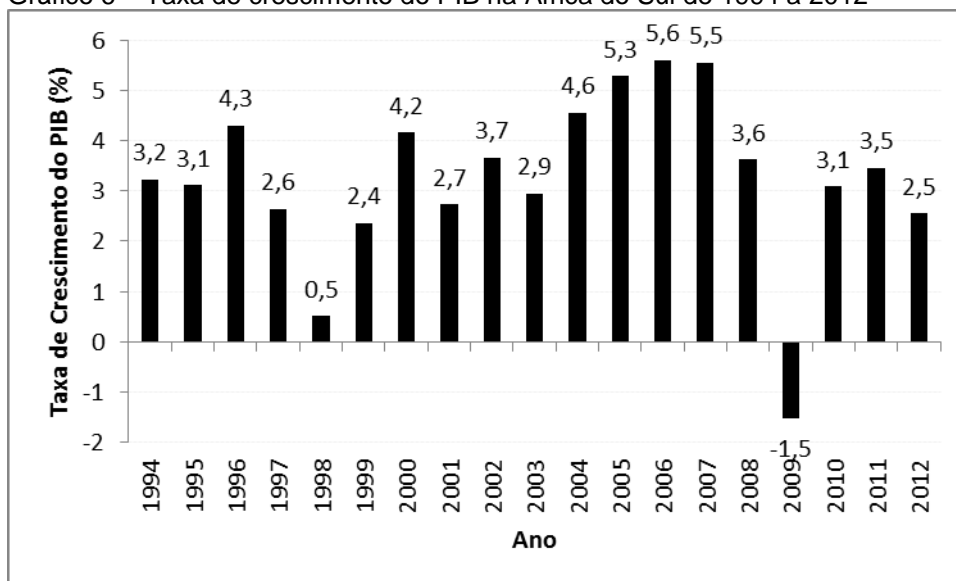
(2010) destacam que essa parcela da população conquistou apenas algumas melhorias no que tange ao acesso à educação, à eletricidade, à moradia e à saúde. Tal fato se deve principalmente ao financiamento social dos programas assistencialistas, os quais, no entanto, não foram suficientes para erradicar tais precariedades. Nesse contexto, o sistema de modelo econômico que predominou no pós-*Apartheid* não transcorreu no mesmo sentido da resolução desses problemas que se assentaram sobre a sociedade, o que contribuiu para a manutenção das desigualdades sociais, da divisão da sociedade entre ricos e pobres, das altas taxas de desemprego e da extrema pobreza (BRAGA, 2011). Esse sistema econômico foi fortemente influenciado pelo panorama predominante no mundo globalizado, isto é, pelo neoliberalismo e pelo livre-mercado, visto que o ANC preocupou-se mais em manter a hegemonia política e a democratização, ao passo que os britânicos se encarregaram das questões referentes à economia.

Em 1999, Thabo Mbeki, também pertencente ao ANC, foi eleito o novo presidente da República. O principal marco do seu mandato foi o lançamento de um programa assistencialista de reestruturação econômica, o *Black Economic Empowerment* (BEE), cujo principal objetivo era promover o aumento da participação da população negra na economia e, desse modo, possibilitar a formação de uma classe liderada por negros com um poderio econômico maior (RIBEIRO; VISENTINI, 2010). Tanto Braga (2011) quanto Ribeiro e Visentini (2010) chamam a atenção para o fato de que o BEE foi um dos mais bem-sucedidos programas assistencialistas já desenvolvidos na história da humanidade, tendo sido um grande propulsor do crescimento econômico vivenciado pela África do Sul nos anos 2000 até o estouro da crise de 2008. Apesar do sucesso do BEE, Mbeki sofreu pressões partidárias durante o seu governo principalmente devido ao descaso frente à pandemia de AIDS/HIV e às consequências negativas da manutenção de políticas econômicas neoliberais, as quais, como já mencionado, não contribuíam para a solução dos graves problemas socioeconômicos (PEREIRA; VISENTINI, 2010). Frente a tal situação, o então presidente renunciou ao cargo no ano de 2008 e foi sucedido por Jacob Zuma, que assumiu a presidência em 2009 após ganhar as eleições.

No gráfico a seguir, a aceleração do crescimento econômico sul-africano durante o governo de Mbeki fica clara, tendo em vista a predominância de altas taxas de crescimento do PIB de 2000 a 2007, período no qual esse indicador atingiu

um pico de 5,6%. Já em 2008 é possível identificarmos uma queda no nível de elevação do PIB, o qual se tornou negativo em 2009. Essa decadência na economia da África do Sul a partir de 2008 se deveu principalmente à crise mundial, à elevação da taxa de juros e à crise energética, cuja principal consequência foi a piora na oferta de energia, a qual já era insuficiente (DATHEIN, 2010). A recuperação sul-africana frente à crise vem apresentando-se lenta e gradual.

Gráfico 6 – Taxa de crescimento do PIB na África do Sul de 1994 a 2012



Fonte: gráfico adaptado de Dathein (2010) com base em dados do The World Bank (2014a).

Considerando a realidade exposta, na pós-modernidade, a África do Sul pode ser classificada como uma nação em desenvolvimento (ou subdesenvolvida). De acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano de 2013 feito pelo PNUD, o IDH sul-africano em 2012 foi de 0,629 (médio desenvolvimento humano), de modo que o país ficou na 121ª posição dentro de uma população de 187 países e territórios (UNDP, 2013). No entanto, apesar dos sérios problemas socioeconômicos e de um IDH mediano, os autores que estudam a África do Sul geralmente chamam a atenção para a abundância de recursos naturais e para a moderna infraestrutura e bases econômicas herdadas do colonialismo europeu, o que representa grandes potencialidades para o seu desenvolvimento e crescimento econômico. De acordo com o The World Bank (2014b), o PIB sul-africano a preços correntes foi de US\$ 384,3 bilhões em 2012, o que o colocou na 29ª posição no *ranking* mundial, no qual 189 economias foram classificadas.

Quanto à estrutura setorial da economia, de acordo com dados extraídos das bases do The World Bank (2014a), a agricultura, desde 1994, representa, em média, algo próximo a 3,5% do PIB, sendo que, no ano de 2012, o setor agrícola correspondeu a 2,6%. A representatividade da indústria, por sua vez, flutua em torno de 30% do PIB sul-africano, sendo que, em 2012, teve uma participação de 28,4%. O setor de serviços, além de ser o mais representativo, é o que mais cresce em termos relativos, o que o torna cada vez mais importante para a economia da África do Sul. Em 1994, os serviços eram responsáveis por aproximadamente 60% do PIB, ao passo que, em 2012, correspondeu a 69%. Datheïn (2010) destaca que, dentro do setor de serviços, o turismo tem uma relevância a parte, visto que abrange um grande afluxo de turistas, emprega uma parcela significativa da população sul-africana e tem um peso considerável no PIB.

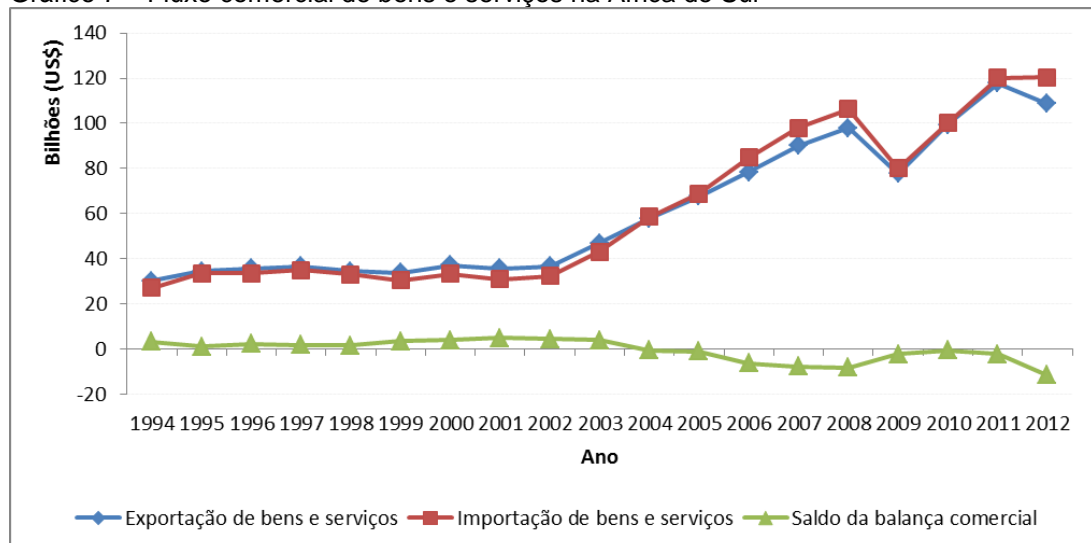
No que concerne às relações externas, os avanços desde o fim do *Apartheid* estão entre os mais representativos, dado que, com o fim do regime de segregação racial e com processo de redemocratização, a África do Sul foi reinserida nas relações com a comunidade internacional. Um dos primeiros marcos dessa nova realidade política foi a extinção das sanções que estavam sendo aplicadas por diversas potências mundiais. Quanto à política regional sul-africana, verificou-se o desenvolvimento da reintegração com outros países pertencentes à África Austral, por meio da qual o contato diplomático entre essas nações pôde ser estreitado de forma pacífica. Aqui, podemos destacar o ingresso da África do Sul na Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), a qual constitui uma área de livre comércio entre os países membros; a transformação da Organização da Unidade Africana (OUA), da qual a África do Sul já fazia parte, em União Africana; e o lançamento da Nova Parceria Econômica para o Desenvolvimento (NEPAD), a qual constitui um programa de desenvolvimento econômico da União Africana (PEREIRA; VISENTINI, 2010). Segundo Pereira e Visentini (2010), essas parcerias da África do Sul com países vizinhos trazem, de certa forma, uma maior estabilidade social e diplomática para a região.

No entanto, a reinserção e a expansão sul-africana nas relações exteriores não se restringiram à África Austral. O país, segundo Pereira e Visentini (2010), passou a recepcionar Conferências Internacionais da ONU, o que ilustra o seu protagonismo diplomático ao longo de toda a extensão territorial do continente africano. Ademais, a África do Sul, que no cenário mundial contemporâneo possui a

maior e mais desenvolvida economia da África, passou a diversificar as suas parcerias externas, como a aproximação com países emergentes de blocos continentais distantes (BRAGA, 2011), de modo que os fluxos comerciais sul-africanos de importação e exportação de bens e serviços aumentaram substancialmente a partir dos anos 2000. Em relação às novas parcerias, podemos destacar o acordo de livre comércio entre a África do Sul e o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), realizado em 2000; o Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS), firmado em 2003; e a integração, em 2011, ao bloco econômico entre Brasil, Rússia, Índia e China (BRIC), fundado em 2009 e agora intitulado BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul).

Frente a esse contexto, Ivan Tiago Machado de Oliveira (2013), abordando a ideia de que a participação dos BRICS no setor comercial de serviços está aumentando mais do que a média mundial, chama a atenção para o fato de que a África do Sul, apesar de ser um dos países do grupo que menos se destaca economicamente, é um dos que possui maior grau de abertura ao comércio de serviços (9% do PIB em 2010), inferior apenas ao grau da Índia. É certo que essa maior abertura também reflete o tamanho relativamente menor e com menos diversificação da economia e do comércio sul-africano. Assim sendo, observam-se aumentos nas taxas de exportações e importações de serviços do país na última década, sendo as taxas de crescimento dos importados maiores do que as dos exportados, o que representa um aumento no déficit em sua balança comercial de serviços no período. É importante ressaltar que os principais serviços exportados e importados pela nação concentram-se no setor de viagem e transportes, ou seja, no turismo. No gráfico que segue, essa reinserção sul-africana na comunidade internacional é evidenciada pelo significativo incremento das importações e das exportações de bens e serviços do país a partir de 2002.

Gráfico 7 – Fluxo comercial de bens e serviços na África do Sul



Fonte: gráfico adaptado de Dathein (2010) com base em dados do The World Bank (2014a).

Em suma, a África do Sul, após um longo período de exploração e opressão racial, por meio da qual a população negra foi excluída e subjugada pela minoria branca, a qual retirou os direitos civis básicos desses cidadãos, viu, com a ascendência de Nelson Mandela à presidência, o regime do *Apartheid* chegar ao seu fim no ano de 1994. A nova era foi marcada pelo processo de redemocratização interna liderada pelo ANC, por meio do qual os povos até então excluídos reconquistaram o espaço na vida social, econômica e política. Ademais, a nação, até então isolada devido às barbáries do segregacionismo racista, pôde se reinserir nas relações internacionais. No entanto, as cicatrizes socioeconômicas deixadas pela marcante história perduram, de modo que a sociedade ainda têm muitos desafios a serem batidos. Apesar de ser a maior economia do continente africano, as desigualdades de renda são marcantes, as taxas de desemprego alarmantes, a violência e a criminalidade recorrentes, e a precariedade de oferta de serviços e bens públicos, como saúde e educação, está presente no cotidiano dos sul-africanos. Frente à continuidade de tal realidade, a esperança de superação do passado e das heranças deixadas por ele permanece viva, de modo que muitos ainda almejam a estruturação de um país mais unido e, de fato, mais igualitário.

3.6 O futebol na África do Sul

Na contemporaneidade, o futebol, um dos esportes mais praticados e que mais mobiliza pessoas a nível mundial, é, também, um dos mais relevantes para o

povo sul-africano. Inserido na África do Sul pelos colonos europeus, em especial pelos britânicos, o meio futebolístico apresentou uma expansão consistente no país, difundindo-se, ao longo dos anos, principalmente sobre a população negra. Além das suas funcionalidades de lazer, de qualidade de vida, de formação profissional e de negócios, esse esporte tem uma simbologia à parte para a nação sul-africana. Ele é uma das formas de materialização do fim dos séculos de segregação racial e das conquistas por meio dele adquiridas, bem como, em virtude de também ter sofrido com as barbáries do regime, carrega consigo as marcas e as cicatrizes por ele deixadas.

Durante o período no qual o *Apartheid* esteve em vigor, as leis racistas não se restringiram às questões exclusivamente sociais, políticas e econômicas, mas foram expandidas para os esportes. Segmentos raciais distintos não podiam, por lei, participar das mesmas competições nacionais de futebol, de modo que existiam campeonatos de brancos, de negros, de *coloured* e de indianos. Nesse contexto, os times locais e as organizações esportivas eram separados de acordo a raça dos participantes, fato que implicava na existência de basicamente dois tipos de equipes: as brancas e as “não brancas” (VAN DER MERWE, 2009). Em face dessa realidade, o país não era dotado de apenas uma seleção de futebol que o defendesse de maneira unificada, mas sim, de quatro delas, cada uma representando um grupo racial específico. Segundo Van Der Merwe (2009), em 1892 a federação branca, denominada de *Football Association of South Africa* (FASA), se formou, sendo seguida pela indiana em 1903, a *South African Indian Football Association*, pela dos povos bantos em 1933, a *South African Bantu Football Association*, e pela *coloured* em 1936, a *South African Coloured Football Association*.

Dentre essas seleções, somente a branca, a FASA, chegou a ser oficializada pela FIFA e considerada um de seus membros, a qual, no entanto, devido às repercussões internacionais do *Apartheid*, foi suspensa e vetada de participar dos torneios mundiais promovidos por essa instituição a partir de meados de 1960 (VAN DER MERWE, 2009). A África do Sul não só deixou de ter um representante nesse importante torneio futebolístico, como passou a isolar-se cada vez mais de outros campeonatos desenvolvidos a nível internacional, de modo que as relações esportivas externas também se deterioraram e ficaram sob a sombra do regime racista. Portanto, com o enrijecimento do sistema segregacionista e com o consequente isolamento sul-africano do resto do mundo, as restrições esportivas

atreladas ao envolvimento com campeonatos externos evoluíram da proibição de que equipes formadas por integrantes de diferentes raças competissem internacionalmente carregando consigo o nome da África do Sul até o esporte passar a ser totalmente restrito aos domínios internos. Para Braga (2011, p. 224), os sul-africanos, na década de 1980, vivenciaram um período de “[...] isolamento sem paralelos na história do esporte moderno”.

Essa realidade foi decisiva para que o futebol se tornasse um esporte essencialmente negro na África do Sul. Enquanto que a suspensão da participação da FASA na FIFA, no ano de 1964, contribuiu para o afastamento dos brancos desse esporte, a população negra, a qual representava mais de 70% da população total, procurando amenizar os prejuízos psicológicos causados pela repressão do *Apartheid*, apoiou-se na exploração do futebol. As regiões mais miseráveis e pobres, com uma vasta população negra, viram as partidas de futebol ascender e ganhar popularidade, o que representava momentos de alegria, de conforto e de descontração frente à dura realidade enfrentada. Concomitantemente, a elite branca se interessava e desviava as suas atenções e esforços para a realização de outros esportes, em especial o *rugby* e o *cricket*.

Esse panorama foi responsável por um fato importante na formação do futebol moderno sul-africano. O maior interesse dos negros e de outras classes mais abastadas e com menor poder aquisitivo pelo meio futebolístico, juntamente com o descaso da elite branca, acarretou em um menor investimento na infraestrutura desse esporte. Desse modo, a evolução histórica do país não se mostrou favorável à construção de estádios, campos e complexos esportivos de futebol mais desenvolvidos. Anteriormente à Copa do Mundo de Futebol, essas estruturas eram frágeis e precárias e atraíam poucos espectadores, visto que a maioria dos interessados pelo esporte em questão pertencia a uma parcela populacional sem condições financeiras de se dar ao luxo de gastar para ir a uma partida de futebol. Por outro lado, outras modalidades, como o *cricket* e o *rugby*, as quais atraíram e atraem muitos adeptos brancos, puderam receber mais investimentos e, portanto, possuem uma infraestrutura mais bem preparada e desenvolvida. Adicionalmente, as classes que se interessam por esses esportes têm, em sua maioria, maior poder aquisitivo para frequentar os estádios e ter uma participação mais ativa.

Posto isso, com o fim do *Apartheid* na década de 1990 e com a conseqüente abolição das restrições legais para a interação de negros e brancos no que concerne

ao meio esportivo, a *South Africa Football Association* (SAFA), agora denominada de *Bafana Bafana*, foi criada no ano de 1991. Van Der Merwe (2009) destaca que a nova associação não seguia os preceitos de segregação racial até então predominantes, além do fato de que ela representava tanto a população branca, quanto a negra, a indiana e a *coloured*. No entanto, apesar da readmissão dessa associação de futebol sul-africana pela FIFA no ano de 1992, a qual teoricamente deveria representar a sociedade da África do Sul na sua totalidade, abrangendo as mais variadas etnias, culturas e raças, o que se pode notar hoje em dia é a predominância dos negros no futebol e de brancos no *rugby* e no *cricket*, o que indica que a polarização da sociedade se manteve no futebol, assim como em diversas questões socioeconômicas.

Quanto às relações internacionais, o fim do regime segregacionista, ao mesmo tempo em que retirou a nação do isolamento político, social e econômico, permitiu a sua reinserção nas competições esportivas externas. Ao avaliarmos os últimos 20 anos, alguns fatos explicitam essa realidade. Em 1995, o país sediou a Copa do Mundo de *Rugby* e, em 2003, foi palco da Copa do Mundo de *Cricket*, das quais toda a população sul-africana pôde participar, tanto como torcedora, quanto como jogadora, apesar de serem esportes cuja maioria dos adeptos é branca. Ademais, ao serem reintegrados à FIFA, os sul-africanos passaram a demonstrar interesse em receber a Copa do Mundo de Futebol de 2006. Apesar das altas expectativas, a Alemanha foi eleita, e a África do Sul só veio a ser nomeada sede alguns anos depois, em 2004, quando voltou a se candidatar ao posto de anfitriã da Copa do Mundo de Futebol e adquiriu a responsabilidade de recebê-la no ano de 2010. A sua eleição representou uma nova conquista da grande maioria negra, principal adepta do esporte no país e que, durante séculos, havia sido subjugada, inferiorizada, excluída e reprimida. A África do Sul dava mais um passo na concretização do fim do *Apartheid*, e o próximo desafio seria centrar esforços na preparação do país pelos seis anos subsequentes a fim de garantir a seguridade da ocorrência do torneio e a obtenção de retornos positivos.

Portanto, é no contexto descrito ao longo do presente capítulo que a Copa do Mundo de Futebol de 2010 foi realizada na África do Sul, sendo mais um fator de materialização e reafirmação da reinserção do país no cenário mundial 20 anos após o fim do *Apartheid*, de integração entre as diferentes culturas, etnias e raças, mas também, de abstração dos problemas socioeconômicos que se autoperpetuam

(BRAGA, 2011, p. 233) e que, durante o torneio, ficaram em segundo plano. Para Van Der Merwe (2009, p. 31, tradução nossa), “Hospedar a Copa do Mundo de Futebol de 2010 [...] promete ser um coroamento não só do reingresso sul-africano na comunidade internacional, mas também da jornada da África para uma ordem mais justa e global.”¹⁹. Posto isso, o estudo que segue visa avaliar quais foram os impactos econômicos do megaevento esportivo em questão para os sul-africanos frente ao panorama no qual o país está inserido.

¹⁹ Texto original: “Hosting the Football World Cup therefore promises to be a crowning achievement of not only South Africa’s re-entry into the international community, but also for Africa’s journey towards a more equitable and just global order.”

4 OS IMPACTOS ECONÔMICOS DA COPA DO MUNDO DE FUTEBOL NA ÁFRICA DO SUL: UMA ANÁLISE *EX POST*

O esporte tem o poder de inspirar e unir as pessoas. Na África, o futebol desfruta de grande popularidade e tem um lugar especial no coração das pessoas. Por isso que é tão importante que a Copa do Mundo seja, pela primeira vez, sediada no continente africano em 2010. Nós nos sentimos privilegiados e orgulhosos pela África do Sul ter tido a honra singular de ser o país-sede africano. Devemos lutar pela excelência do evento e, ao mesmo tempo, garantir que ele deixe benefícios para todo o povo. O povo da África aprendeu lições de paciência e resistência durante sua longa luta pela liberdade. Que as recompensas trazidas pela Copa do Mundo da FIFA provem que a longa espera pela chegada da liberdade em solo africano tem valido a pena.²⁰ (MANDELA, 2011, tradução nossa).

A escolha da África do Sul como sede da Copa do Mundo de Futebol de 2010 carregou consigo uma carga simbólica relevante. Enquanto que o espetáculo esportivo representou a materialização do fim do regime segregacionista, da consequente possibilidade de convivência entre negros e brancos e da reinserção sul-africana no cenário internacional, as expectativas em torno dele foram altas e otimistas. O discurso do ex-presidente Nelson Mandela, transcrito no ano de 2010, traduziu de forma objetiva essa sensação que pairava sobre o povo sul-africano. Tanto o setor público, quanto grande parte da população local compartilharam das mesmas aspirações e apostaram no evento como um impulsor-chave para a exposição do país a nível mundial, para efeitos de bem-estar, de patriotismo, de união, de orgulho e de motivação, bem como acreditaram fielmente nos retornos positivos dos investimentos, da criação de novos postos de trabalho e do fomento do turismo e do consumo. Desse modo, as apostas apoiaram-se na ideia de que os benefícios intangíveis e tangíveis pudessem contribuir para a melhora das condições de desenvolvimento social e econômico da nação, bem como promover um importante crescimento da economia.

Essas aspirações foram traduzidas e fomentadas pela mídia e por estimativas *ex ante* dos impactos da Copa do Mundo de Futebol na África do Sul, como a da

²⁰ Texto original: "Sport has the power to inspire and unite people. In Africa, soccer enjoys great popularity and has a particular place in the hearts of people. This is why it is so important that the FIFA World Cup will, for the first time ever, be hosted on the African continent in 2010. We feel privileged and humbled that South Africa has been given the singular honour of being the African host country. We must strive for excellence in our hosting of the World Cup while at the same time ensuring that the event leaves a lasting benefit to all our people. The people of Africa learned the lessons of patience and endurance in their long struggles for freedom. May the rewards brought by the FIFA World Cup prove that the long wait for its arrival on African soil has been worth it." (MANDELA, 2011).

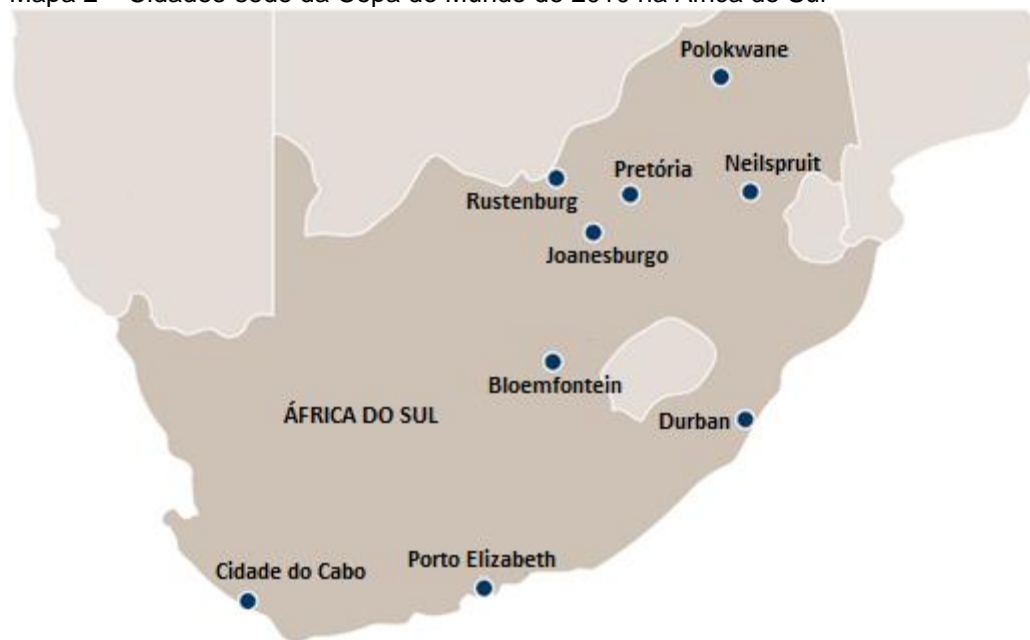
consultoria Grant Thornton África do Sul²¹, uma das principais e maiores empresas desse ramo no país. Segundo Maennig e du Plessis (2007), a consultoria previu importantes impulsos econômicos, os quais viriam por meio da injeção de dinheiro na economia, da geração de empregos, do fomento e promoção da indústria do turismo, do aumento das receitas fiscais do governo e do incremento na taxa de crescimento do PIB. Essas estimativas, realizadas em 2003, previram um ganho econômico líquido de 21,3 bilhões de *rands*²² (US\$ 2,9 bilhões), o qual estaria atrelado a custos de R 2,3 bilhões (US\$ 318 milhões), receitas tributárias de R 7,2 bilhões (US\$ 1 bilhão) e receitas geradas pelos gastos dos espectadores de R 12,7 bilhões (US\$ 1,75 bilhões). Cottle (2010) ainda destaca que as previsões da contribuição do torneio para o PIB giravam em torno de 3%. Posto isso, a necessidade desse retorno líquido positivo foi mais urgente na África do Sul do que poderia ter sido em países mais desenvolvidos, como a Alemanha com a Copa do Mundo de Futebol de 2006, devido ao fato de que, mesmo que a economia sul-africana fosse a maior do continente africano, ela ainda apresentava importantes desafios para o seu desenvolvimento, como as altas taxas de desemprego, a acentuada desigualdade de renda e social e a extrema pobreza destacadas no capítulo anterior (MAENNIG; DU PLESSIS, 2007).

O fato é que a décima nona edição da Copa do Mundo de Futebol ocorreu em solo sul-africano. O torneio abrangeu o período de um mês, tendo iniciado no dia 11 de junho e terminado no dia 11 de julho, época do ano de baixa temporada do turismo, a estação de inverno. Contou com a participação de seleções oriundas de 32 diferentes países e foi o primeiro realizado no continente africano. Ademais, o campeonato futebolístico de 2010 pôde ser considerado como a terceira maior Copa do Mundo de Futebol em relação ao número de espectadores que frequentaram os estádios, ficando atrás somente das realizadas no ano de 2006, na Alemanha, e no ano de 1994, nos Estados Unidos (FIFA, 2010a). Quanto às cidades-sede, conforme indicado no mapa a seguir, nove municípios receberam as partidas de futebol, de modo que o campeonato englobou praticamente todas as regiões territoriais do país.

²¹ A Grant Thornton África do Sul, ou *Grant Thornton South Africa*, pertence à *Grant Thornton International* e é uma das principais organizações mundiais de firmas independentes de auditoria e consultoria, sendo distribuída em 120 países. (GRANT THORNTON INTERNATIONAL, 2014).

²² *Rand* (R) é o nome dado à moeda local da África do Sul. Todos os valores obtidos em *rands* serão convertidos para o dólar estadunidense (US\$) de acordo com a média simples da taxa de câmbio oficial de 2004 a 2010 obtida das bases do The World Bank (2014a). Portanto, a cotação que utilizaremos no presente capítulo será de 7,24 R/US\$.

Mapa 2 – Cidades-sede da Copa do Mundo de 2010 na África do Sul



Fonte: mapa adaptado da FIFA (2010b, p. 154).

Posto isso, com respaldo na base teórica exposta sobre os megaeventos esportivos, em especial a Copa do Mundo de Futebol, e nas bases e estruturas sociais, políticas e econômicas da África do Sul, desenvolveremos uma análise *ex post* sobre os principais impactos econômicos que o torneio, de fato, proporcionou para o país. Os investimentos de preparação mais relevantes e os possíveis efeitos em determinados indicadores macroeconômicos, como o desemprego e o turismo, centralizarão o último capítulo, de modo que tenhamos condições de chegar a uma conclusão do quão benéfico, prejudicial ou, até mesmo, neutro, o megaevento esportivo em questão foi para os sul-africanos.

4.1 Os investimentos de preparação

Como já explorado na primeira seção da presente pesquisa, o país anfitrião de uma Copa do Mundo de Futebol precisa estar bem preparado para viabilizar a sua recepção. Os complexos esportivos, os quais abrangem estádios, seus entornos e centros de treinamento, estão entre os principais itens cobrados pela FIFA, a qual reivindica modernas estruturas com inúmeras especificidades. O sistema de transporte deve comportar o intenso fluxo de pessoas que se locomovem dentro das cidades-sede, entre elas e do seu país de origem para o país no qual o megaevento está ocorrendo. Ademais, a estrutura hoteleira, de garantia de segurança e proteção

a todos aqueles que de alguma forma estão envolvidos, seja como espectadores ou como jogadores, os meios de telecomunicação e comunicação midiática para transmissão do torneio a todo o mundo, dentre outros itens operacionais e de serviços, também devem dotar-se de uma capacidade de abastecimento que esteja de acordo com a demanda gerada pelo torneio.

Considerando tais necessidades, a África do Sul, desde a sua eleição, em 2004, até a realização do campeonato de futebol, em 2010, teve seis anos de muitos esforços para estar bem preparada para recepcionar o Mundial de Futebol. Em função do seu histórico de desenvolvimento, tanto socioeconômico, quanto esportivo, os quais, diga-se de passagem, estão muito atrelados, não era dotada de uma estrutura pré-existente suficientemente desenvolvida a ponto de corresponder às exigências da instituição organizadora e ao incremento na demanda, o que gerou a necessidade de um montante de gastos robusto. Esses investimentos, por sua vez, foram majoritariamente financiados pelo setor público sul-africano, principalmente devido à baixa atratividade de empresas privadas no que concerne às perspectivas de lucros, fato que segue a tendência verificada em outras nações que já recepcionaram esse tipo de evento, como destacado na primeira seção. A FIFA, por sua vez, e os seus principais parceiros comerciais, como a marca de cerveja *Budweiser*, também desembolsaram, em menor escala, certa quantia no preparo do país-sede, bem como receberam boa parte das receitas, adquirindo lucros enormes sem a necessidade de pagar impostos à sede (COTTLE, 2011). Por assim ser, obtiveram importantes retornos positivos em termos de lucratividade à custa da sociedade sul-africana, que nada recebeu em troca dessa instituição em relação a benefícios fiscais.

Posto isso, de acordo com dados divulgados em julho de 2013 pelo departamento responsável por esporte na África do Sul, o *Sport and Recreation South Africa* (SRSA), o governo nacional sul-africano investiu, sozinho, R 30,3 bilhões (US\$ 4,2 bilhões) na preparação do país (SOUTH AFRICA, 2013a). Esse valor não incluiu os gastos das cidades e das províncias, os quais, segundo Eddie Cottle (2010) representaram R 9 bilhões (US\$ 1,2 bilhões). Assim sendo, o total exorbitante de R 39,3 bilhões (US\$ 5,4 bilhões) ficou em um patamar bem acima do inicialmente orçado de US\$ 476 milhões (FIFA, 2004) e do estimado pela Grant Thornton (2003) de R 2,3 bilhões (US\$ 318 milhões). Ademais, os principais destinos dos gastos do governo nacional foram as melhorias relacionadas ao

transporte e a construção e reformas dos estádios, que juntos demandaram cerca de 80% do total. Os outros 20%, por sua vez, foram distribuídos em segmentos que concernem à segurança, à hospedagem, comunicações, treinamento de voluntários e portos. Considerando a maior representatividade dos investimentos em transporte e nos complexos esportivos, tanto em termos do montante de recursos públicos alocados, quanto em relação aos impactos econômicos no cotidiano da nação sul-africana, optamos por explorar esses quesitos. Na tabela abaixo, seguem os totais dos gastos do governo nacional por categoria:

Tabela 1 – Gastos do governo nacional sul-africano para a Copa do Mundo

	R Milhões	US\$ Milhões	Peso (%)
Transporte	13.600	1.878	45%
Estádios e infraestrutura esportiva	9.800	1.353	32%
Portos para a entrada de infraestrutura	3.500	483	12%
Segurança e proteção	1.300	180	4%
Operacionalização do evento	684	94	2%
Suporte à imigração	630	87	2%
Comunicações, hospedagens, cultura	504	70	2%
Mídia e telecomunicações	300	41	1%
Treinamento de voluntários	25	3	0%
Total	30.343	4.190	100%

Fonte: tabela adaptada do SRSA (SOUTH AFRICA, 2013a, p. 124).

Segundo os dados do SRSA (SOUTH AFRICA, 2013a), os gastos na infraestrutura de transporte foram os que mais pesaram sobre os cofres públicos nacionais e, conforme destaca Dathein (2010, p. 257), foram direcionados para “a ampliação dos aeroportos, revitalização do sistema de táxis, consolidação das ferrovias como alternativa viável e modernização das rodovias”. O investimento total nesse quesito foi de aproximadamente US\$ 1,9 bilhões, o que corresponde a 45% do total dos gastos decorrentes do período de preparação. Dathein (2010) ainda afirma que esses investimentos no sistema de transporte entraram no novo planejamento estratégico do governo nacional sul-africano²³, segundo o qual um dos principais objetivos de desenvolvimento é a aposta e o investimento no turismo local. Portanto, não foram feitos única e exclusivamente para a Copa do Mundo de

²³ Segundo Pereira e Visentini (2010), em 1996, o governo da África do Sul introduziu uma nova estratégia de desenvolvimento econômico, o Crescimento, Emprego e Redistribuição ou *Growth, Employment and Redistribution* (GEAR). Nesse contexto, “O Documento Branco de Desenvolvimento e Promoção do Turismo (1996) nomeou o turismo como prioridade no desenvolvimento econômico nacional e como maior símbolo da GEAR.” (DATHEIN, 2010, p. 257).

Futebol, mas já estavam nos planos de desenvolvimento econômico da África do Sul, o que sugere que o megaevento esportivo foi apenas um catalisador das obras referentes ao sistema de transporte. Aqui, é importante notarmos que, conforme indicado no relatório da FIFA de 2004, o orçamento inicial destinado aos gastos atrelados ao transporte era de US\$ 13,5 milhões. Esse valor, entretanto, aumentou substancialmente ao longo dos anos de preparação, chegando ao patamar acima destacado e superando as expectativas iniciais.

Nesse contexto, três das principais obras no sistema de transporte aeroviário, rodoviário e ferroviário foram a construção do Aeroporto Internacional *King Shaka*, em Durban, a introdução do *Bus Rapid Transit* (BRT) em Joanesburgo, conhecido como *Rea Vaya*, e o trem de alta velocidade, denominado de *Gautrain*, que ligou o centro de Joanesburgo à Pretória e ao aeroporto *Oliver Tambo*. Tanto o novo e moderno ônibus, o *Rea Vaya*, quanto o *Gautrain*, representaram investimentos importantes para a estrutura de transporte sul-africana, cujo benefício em termos de mobilidade urbana é visível atualmente. De acordo com relatos da população, ambos são utilizados diariamente por aqueles que precisam trabalhar, ir à escola ou se locomover dentro e entre as cidades, por meio dos quais essas viagens, em geral, tornaram-se mais confortáveis e rápidas (GALVÃO, 2014). Muitos creem, inclusive, que as melhorias no sistema de transporte catalisadas pelo megaevento esportivo talvez tenham sido o maior (e único) benefício econômico efetivo da Copa do Mundo de Futebol de 2010 em termos de investimentos.

No entanto, algumas questões não podem ser ignoradas. Apesar do fato de que o *Rea Vaya* e o *Gautrain* foram planejados para o ano de 2010 de modo que estivessem 100% concluídos para o torneio Mundial de Futebol, as obras atrasaram e não foram finalizadas nesse ano. Desse modo, mesmo com o fim do campeonato, o governo precisou desembolsar novas quantias de recursos públicos em investimentos para a sua conclusão. Ademais, apesar dos avanços, a África do Sul, considerando as suas bases e estruturas de desenvolvimento econômico, ainda apresenta fragilidades e deficiências no sistema de transporte público, o que indica que há carências que não foram solucionadas e que precisam de atenção. Um exemplo claro dessa situação são as inúmeras e pequenas vans que circulam em diversas vias públicas do país, transportando a população de maneira arcaica e com grandes oportunidades de avanços e melhorias para uma maior eficiência.

Em segundo lugar, estão os gastos na construção e na reforma de estádios, nos seus entornos e nos centros de treinamento para as 32 equipes participantes, ou seja, nos complexos esportivos em geral. Nesse quesito, o SRSA (SOUTH AFRICA, 2013a) apresentou dados que indicam que aproximadamente US\$ 1,3 bilhões foram alocados, o que, proporcionalmente, representa pouco menos do que foi necessário para o sistema de transporte, isto é, 32% do total. Aqui, vale ressaltar que esses gastos, assim como ocorreu com aqueles referentes à infraestrutura de transporte, elevaram-se substancialmente em relação ao orçado no ano da eleição da África do Sul como sede, quando o gasto esperado nas instalações esportivas era de US\$ 112 milhões (FIFA, 2004).

Posto isso, 10 estádios com capacidade mínima para 45.000 espectadores foram utilizados na Copa do Mundo de Futebol e distribuídos pelas nove cidades-sede. A cidade de Joanesburgo foi a única na qual dois estádios receberam jogos, sendo um deles o maior do campeonato, o *Soccer City*, com capacidade para 95.000 torcedores. Desses dez estádios, cinco já existiam e foram apenas reformados e modernizados de acordo com as normas estabelecidas pela FIFA, e os outros cinco foram construídos da estaca zero. Conforme dados coletados de trabalho desenvolvido por Maennig e du Plessis (2007), os estádios construídos representaram quase 80% dos gastos totais com infraestrutura esportiva, isto é, aproximadamente US\$ 1,1 bilhões foram destinados à construção de novos estádios. Esse número explicita a ideia de que a existência de uma infraestrutura esportiva de futebol pré-existente e que pudesse ser utilizada no torneio poderia ter reduzido expressivamente os gastos totais nesse quesito.

Tabela 2 – Estádios para a Copa do Mundo de Futebol de 2010

Cidade	Estádio	Capacidade
Estádios contruídos		
Nelspruit	Mbombela Stadium	46.000
Cidade do Cabo	Green Point Stadium	70.000
Durban	Durban Stadium	70.000
Polokwane	Peter Mokaba Stadium	45.000
Porto Elizabeth	Nelson Mandela Bay Stadium	48.000
Estádios reformados		
Joanesburgo	Soccer City	95.000
Joanesburgo	Ellis Park	62.500
Rustenburg	Royal Bafokeng Stadium	45.000
Bloemfontein	Free State Stadium	45.000
Pretória	Loftus Versfeld Stadium	50.000

Fonte: tabela adaptada de Maennig e du Plessis (2007, p. 581).

No entanto, as raízes históricas da África do Sul aliadas às meticulosas exigências da FIFA não permitiram que a infraestrutura de futebol sul-africana fosse tão desenvolvida a ponto de, pelo menos, demandar apenas reformas para receber um megaevento como a Copa do Mundo de Futebol. Apesar do fim do *Apartheid* e da conseqüente possibilidade de união entre brancos e negros, tanto na vida social, política e econômica, quanto na esfera esportiva, o futebol, além de ainda ser um esporte predominantemente negro, herdou importantes características dos séculos de segregação racial. Enquanto que o *rugby* e o *cricket* receberam e recebem maior atenção da elite branca, cujo poder social, político e econômico permite um maior investimento na construção dos estádios e de uma infraestrutura esportiva mais desenvolvida, o futebol sul-africano, cuja maior parte dos adeptos é pertencente à população negra, não recebeu investimentos tão robustos principalmente em virtude das condições dessa parcela populacional. Portanto, a infraestrutura de futebol pré-existente na época em que o país foi eleito a sede do campeonato que ocorreria em 2010 era precária e estava longe de corresponder aos critérios exigidos pela FIFA. Posto isso, o governo sul-africano não teve outra saída senão a modernização e a construção de complexos esportivos de futebol extremamente desenvolvidos, os quais representaram gastos elevados.

Em relação às expectativas de efeitos positivos advindos dos investimentos nas instalações esportivas, Maennig e du Plessis (2007, p. 580, tradução nossa) abordam que um dos principais benefícios que pode ser trazido pela construção ou reforma de estádios em megaeventos esportivos é o chamado “*novelty effect*”, segundo o qual “[...] o aumento do conforto, a melhor vista e a melhor atmosfera nos estádios novos ou renovados [...]”²⁴ pode gerar um aumento do número de espectadores ou até mesmo dos preços dos bilhetes de entrada durante um determinado período após o fim do torneio. Esse efeito aumentaria a receita dos responsáveis pelos complexos esportivos: ou os clubes locais, ou o setor público. Ademais, muitos creem que o investimento em infraestrutura esportiva pode contribuir para o desenvolvimento dos seus entornos por meio da atração, nas regiões próximas aos estádios, de pessoas, de estabelecimentos comerciais e de negócios, de rede de transportes, entre outros. No caso sul-africano, também havia

²⁴ Texto original: “[...] the increase in comfort, improved view, and better atmosphere in new or renovated stadiums [...]”

uma forte expectativa de promoção, fomento e expansão do futebol dentro dos limites territoriais do país, de modo que as mais diversas classes, raças, etnias e culturas da chamada “*Rainbow Nation*” passassem a se interessar pelo esporte, incluindo, inclusive, os brancos.

Entretanto, infelizmente, diferentemente dos benefícios identificados em relação aos investimentos em transporte e das ambições acerca das instalações esportivas, os gigantes e modernos estádios de futebol construídos e reformados para a Copa do Mundo de Futebol de 2010 não têm a mesma utilidade. O término do evento reacendeu a verdadeira realidade do futebol no país: um esporte essencialmente negro e pouco apreciado pelas camadas predominantemente brancas de maior poder aquisitivo. Muitos deles se tornaram verdadeiros elefantes brancos, gerando, a cada ano, custos de manutenção exorbitantes, sem apresentar a contrapartida na forma de rentabilidade. A subutilização dos gigantes é explícita, dado que, após o campeonato, poucas partidas são recebidas por grande parte deles em função do desinteresse, da inexistência ou da falta de condições dos times locais. Portanto, muitos desses estádios acabam sendo usados para outros fins, como eventos políticos, culturais ou shows, o que, apesar de gerar retornos financeiros, são esporádicos e não suficientes para cobrir os altos custos de manutenção. Além disso, ainda vale ressaltar que quem vem pagando a conta anual gerada por essas estruturas esportivas é o setor público, visto que as instituições privadas não têm interesse em financiá-las em face dos lucros baixos, nulos ou até mesmo dos prejuízos, além do fato de que, possivelmente, essas instalações não teriam sido construídas e/ou reformadas se não fosse pela realização da Copa do Mundo de Futebol.

Para exemplificarmos a realidade que paira sobre a manada de elefantes brancos sul-africanos, podemos utilizar o caso do estádio da Cidade do Cabo, o *Green Point Stadium*, o qual é considerado um dos mais caros e belos estádios construídos para o megaevento e, também, um dos que mais pesa sobre o bolso dos contribuintes anualmente. O estádio demandou um total de R 4,5 bilhões ou R\$ 1 bilhão para a sua construção (COTTLE, 2011), está sob subutilização desde o fim do torneio, gera custos de manutenção anuais de aproximadamente R\$ 10 milhões (GALVÃO, 2014), recebe poucas partidas de futebol e desde 2010 já foi palco de alguns shows, como das bandas U2, Coldplay e Red Hot Chili Peppers. A prefeitura da Cidade do Cabo já cogitou, inclusive, a sua demolição a um custo de R\$ 4

milhões, haja vista que poderia ser menos negativo para os cofres públicos do que continuar financiando os seus elevados custos de manutenção (GALVÃO, 2014). No entanto, a ideia foi descartada, e o gigante permanece vivo e ocioso, implicando em prejuízos significativos para os contribuintes sul-africanos.

Por conseguinte, considerando os fatos e as ideias até aqui destacadas quanto aos investimentos alocados na preparação de transportes, de instalações esportivas e de outros segmentos como hotéis e portos, devemos frisar que nem todos esses investimentos foram repassados diretamente à economia sul-africana. Cottle (2011) destaca que a África do Sul importou materiais para a preparação do país, além de empregar engenheiros, arquitetos e construtores civis internacionais. Nesses casos, os gastos do governo não foram alocados na economia local, mas sim, fluíram para o exterior, o que deve ser computado como uma perda proveniente do campeonato. Nas palavras do estudioso, “Tivemos milhões e milhões de fundos locais sendo canalizados ao exterior. Significa, portanto, que o dinheiro que deveria estar circulando na economia nacional não circulou.” (COTTLE, 2011). Além disso, outros projetos de construção foram vetados de ocorrer durante o mês do Mundial e, nesse sentido, também houve uma perda de contribuição para o PIB (COTTLE, 2011).

Por fim, é imprescindível a necessidade de considerarmos que os custos de oportunidade desses gastos destinados à Copa do Mundo de Futebol de 2010, sem dúvida, foram bem maiores para a África do Sul do que poderiam ter sido para países mais desenvolvidos. Como já abordado, os sul-africanos, tendo como referência que ainda se encontram em fase de desenvolvimento socioeconômico, enfrentam importantes problemas que demandam investimentos do governo para serem solucionados, como as deficiências na saúde e na educação pública, as insuficiências na oferta de energia elétrica que geram recorrentes “apagões”, a desigualdade social e de renda, a pobreza, a violência, o desemprego e a criminalidade. Portanto, o montante de recursos públicos que foram alocados nos complexos esportivos, no aprimoramento do sistema de transporte, nas redes hoteleiras, nas instalações midiáticas e em outros quesitos referentes ao torneio tem um valor extremamente significativo para o país, dado que poderiam estar sendo aplicados na solução ou na mitigação de outras precariedades e deficiências mais urgentes e que têm maior impacto sobre o cotidiano da maior parte da população. Portanto, ainda que em unidades monetárias os gastos com a Copa do Mundo de

Futebol da África do Sul poderiam ter sido muito próximos ao que outras nações mais desenvolvidas teriam despendido, o valor em termos de custo de oportunidade para a sociedade sul-africana com certeza foi maior em função do seu estágio de desenvolvimento e de suas carências e necessidades.

4.2 Turismo e consumo

No que concerne às apostas em grandes impulsos econômicos provenientes da Copa do Mundo de Futebol, optamos por aprofundar os impactos em relação aos indicadores que estão mais atrelados às principais expectativas do governo e da população local e que, de fato, têm maior relação com o torneio sediado pela África do Sul em 2010. Primeiramente, devemos frisar que uma das principais expectativas sul-africanas em relação aos possíveis benefícios de sediar a Copa do Mundo de Futebol de 2010 está atrelada à ideia de que a exposição da África do Sul, de seus principais pontos turísticos, de suas cidades, das belezas naturais e de um povo bem-humorado e extremamente receptivo atrairia cada vez mais visitantes estrangeiros, fomentando a indústria do turismo. Esse impulso no setor turístico faria parte, inclusive, do novo plano de desenvolvimento econômico, o GEAR, o qual, como já mencionado, por meio do Documento Branco de Desenvolvimento e Promoção do Turismo (1996) inseriu o setor como uma das principais estratégias de desenvolvimento. Portanto, segundo estudo realizado em dezembro de 2010 pelo departamento responsável pelo turismo sul-africano, o *South African Tourism* (SAT), os principais objetivos almejados por meio do megaevento esportivo no que tange ao setor em destaque foram: o aumento no volume e nos gastos dos turistas, o aumento no tempo de permanência e a melhoria na dispersão geográfica da África do Sul (SOUTH AFRICA, 2010b).

Posto isso, os dados disponibilizados pelo SAT nessa pesquisa indicam que 309.554 visitantes estrangeiros desembarcaram na África do Sul com o objetivo específico de desfrutar da Copa do Mundo de Futebol. Esse número ficou bem abaixo do inicialmente esperado pelas autoridades públicas, o qual girava em torno de 450.000 (CORNELISSEN, 2009). Quanto aos gastos desses indivíduos durante o campeonato, os quais, diga-se de passagem, foram originários majoritariamente dos europeus, a situação parece ser a mesma. No ano de 2005, o SAT, juntamente com outro departamento responsável pelo turismo, o *Department of Environmental Affairs*

& *Tourism* (DEAT), estimaram, com base no número de chegadas, nos gastos por dia e na quantidade de dias de permanência de cada um dos turistas internacionais da Copa do Mundo de Futebol, uma receita total de R 11 bilhões. A consultoria Grant Thornton (2003), por sua vez, previu que essas receitas seriam de R 12,7 bilhões. Entretanto, na prática, o verificado foi bem inferior. Aproximadamente R 3,6 bilhões foram gastos por visitantes que viajaram à África do Sul especificamente para o campeonato (SOUTH AFRICA, 2010b), o que provocou uma injeção de dinheiro na economia local bem inferior ao esperado nesse quesito.

Adicionalmente, Eddie Cottle (2011) defende que a maior parte do aumento dos gastos dos consumidores durante o período do torneio proveio dos próprios sul-africanos e não dos visitantes estrangeiros. Isto é, mais de 60% da renda de consumo gerada durante a Copa do Mundo de Futebol de 2010 foi oriunda de gastos da própria população local (COTTLE, 2011). Caso esses locais apenas tenham desviado seus gastos de determinados setores para gastar com o torneio, não houve benefícios nesse sentido. Ademais, há indícios de que a África do Sul, inclusive, perdeu dinheiro a circular na sua economia, dado que esses gastos na compra de bilhetes de entrada para as partidas de futebol, dentro e nos entornos dos estádios fluíram, em sua maioria, diretamente para a FIFA e para os seus parceiros comerciais (COTTLE, 2011), ocasionando as chamadas “fugas de renda”.

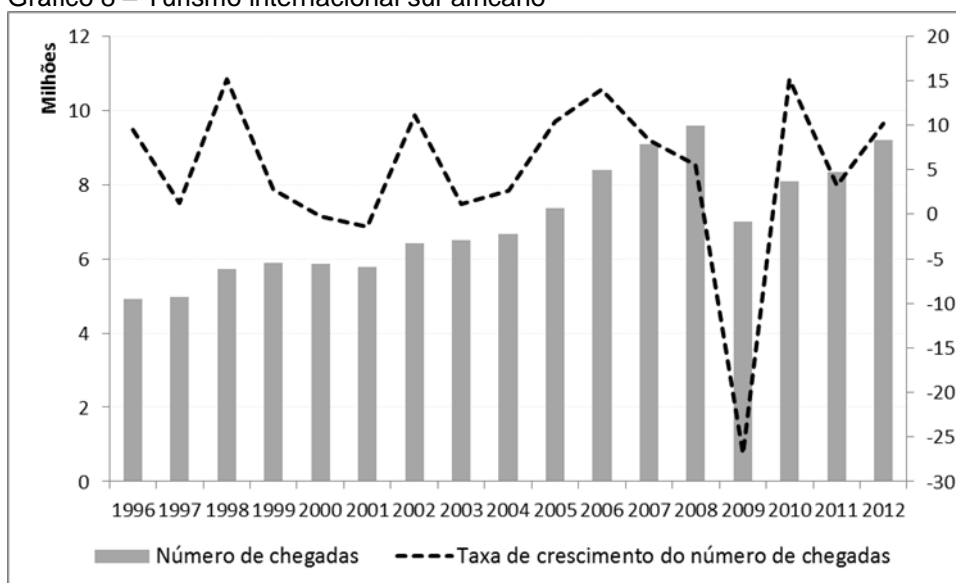
Por outro lado, muito embora as expectativas em relação ao turismo não tenham sido batidas, há de se considerar que, mesmo que em menor grau, a Copa do Mundo de Futebol, pelo menos no ano de 2010, impulsionou o turismo sul-africano. A média de gastos por pessoa durante o torneio, por exemplo, de R 11.800, ficou acima do que a média anual de 2008 e 2009, R 8.400 e R 9.500, respectivamente (SOUTH AFRICA, 2010b). Esses gastos foram aplicados principalmente em compras, seguido por acomodação e, em último lugar, alimentação. Ademais, 59% do total de turistas do torneio visitaram a África do Sul pela primeira vez no ano de 2010, em especial aqueles advindos do continente americano (SOUTH AFRICA, 2010b). A maior parte dos turistas que foram à África do Sul motivados pela realização da Copa do Mundo de Futebol (32%) eram provenientes do próprio continente africano, 24% da Europa, 13% da América do Sul e Central e 11% da América do Norte (SOUTH AFRICA, 2010b).

O otimismo desse estudo realizado pelo SAT no que concerne aos resultados do campeonato de futebol para as percepções internacionais sobre a África do Sul,

isto é, para os efeitos intangíveis que poderiam contribuir para o futuro do turismo é explícito. Ele destaca que os visitantes voltaram para suas casas muito satisfeitos com os momentos que vivenciaram e com a realidade que viram, de modo que a maior parte deles julgou a sede como um bom país anfitrião, teve as suas expectativas superadas, considerou voltar a visitar o território novamente no futuro e o recomendaria para amigos e familiares. Ademais, há indícios de que o espetáculo contribuiu para melhorar a opinião do mundo acerca da violência, da criminalidade e da falta de segurança, além do fato de que a exposição midiática nos jornais, revistas, em sites e na televisão, bem como os novos estudos que surgiram em artigos e livros, contribuíram para a promoção do país a nível internacional e para a consequente difusão do conhecimento sobre a África do Sul em locais distribuídos por todo o mundo. Aqui, vale reforçar que todos esses resultados são referentes à pesquisa elaborada pelo SAT em 2010.

Portanto, é plausível avaliarmos, de forma macroeconômica, se existem indícios de que o impulso sobre a indústria do turismo está se propagando ao longo do tempo ou se ficou restrito ao mês no qual o torneio ocorreu, mesmo que não tenha atingido às ambiciosas e otimistas expectativas iniciais. Em primeira instância, é importante frisarmos que, desde 1996, o turismo já vinha, de fato, ganhando maior espaço na economia sul-africana, principalmente em função das políticas governamentais a favor desse setor. Esse fato é traduzido pelo aumento das receitas da indústria turística e do número de chegadas de visitantes estrangeiros, bem como pela expansão da exportação de serviços e pela maior participação do turismo no PIB (THE WORLD BANK, 2014). Nesse contexto, a Copa do Mundo de Futebol entrou apenas como uma parte dessa estratégia de crescimento do ramo em questão. Isto é, o estímulo ao turismo já estava nos planos do governo independentemente do recebimento do evento.

Gráfico 8 – Turismo internacional sul-africano



Fonte: elaborado pela autora com base em dados do The World Bank (2014a).

Ao avaliarmos o gráfico acima, cujo conteúdo representa a evolução do número de chegadas de turistas internacionais e sua taxa de crescimento, observa-se que desde 1996, ano no qual a nova estratégia de desenvolvimento foi lançada, as taxas de crescimento desse indicador se mantiveram positivas, isto é, o número de chegadas de visitantes estrangeiros em solo sul-africano vem crescendo incessantemente, com exceção do ano de 2009, quando é possível identificarmos uma queda expressiva relacionada à crise mundial de 2008. Esse crescimento, que de 1996 a 2008 teve um média de 6,2%, é pelo menos em parte consequência das políticas governamentais de fomento da indústria turística que passaram a ser priorizadas com o Documento Branco de Desenvolvimento e Promoção do Turismo (1996). O megaevento esportivo com certeza entrou nesse plano estratégico, contribuindo, de uma forma ou de outra, para um incremento adicional do número de chegadas desde o ano de sua eleição, em 2004, mas principalmente no ano em que a Copa do Mundo de Futebol foi realizada, 2010, quando a taxa de crescimento foi a segunda maior identificada desde 1996, ficando em um patamar de 15,1%, abaixo, apenas, do ano de 1998.

Em 2011, ano imediatamente subsequente ao campeonato, apesar de manter-se positiva, a taxa de crescimento do número de chegadas caiu para 3,3%, voltando a subir para 10,2%, em 2012. Dessa forma, a média da taxa de crescimento do número de chegadas de turistas internacionais de 2010 a 2012 ficou em 9,5%, pouco mais de três pontos percentuais acima da média identificada até a

realização da Copa do Mundo de Futebol. No entanto, aparentemente, o movimento nesse indicador permanece próximo ao que vinha ocorrendo antes de 2010, com taxas de crescimento positivas, mas oscilando de ano para ano, de modo que não há um *boom* permanente no setor turístico, dado que o maior salto ficou restrito ao ano de 2010. Adicionalmente, o valor bruto do número de chegadas, o qual despencou em 2009, ainda não voltou aos patamares verificados em 2007 e 2008.

O certo é que o turismo, impulsionado por políticas de incentivo e investimentos governamentais, vem crescendo há anos, tanto em termos de quantidade de visitantes e receitas, quanto em relação à sua participação no PIB. Como vimos, o campeonato Mundial de Futebol contribuiu para a exposição do país a nível mundial, o que pode, sim, ter estimulado a visita de mais estrangeiros. No entanto, ainda não há evidências de que o megaevento de futebol foi um grande impulsor isolado a ponto de mudar consideravelmente a realidade evolutiva que vinha sendo constada desde 1996. Os benefícios tangíveis para o turismo sul-africano provenientes da Copa do Mundo de Futebol de 2010, portanto, parecem ser mínimos frente às previsões extremamente otimistas e comparativamente ao que já vinha sendo constatado.

4.3 Oportunidades no mercado de trabalho

Quanto às possíveis novas oportunidades no mercado de trabalho, devemos destacar, em primeira instância, a peculiar realidade sob a qual a África do Sul está submetida. Como já explorado na presente pesquisa, o país possui uma das maiores taxas de desemprego do mundo, o que indica sérios problemas de empregabilidade. Mesmo com o fim do *Apartheid*, em 1994, esse índice flutua acima de 20%, de modo que grande parte da população está desempregada. Com certeza essa realidade está muito atrelada aos séculos nos quais o segregacionismo racista dominou a vida dos sul-africanos, e os mais atingidos ainda são os negros.

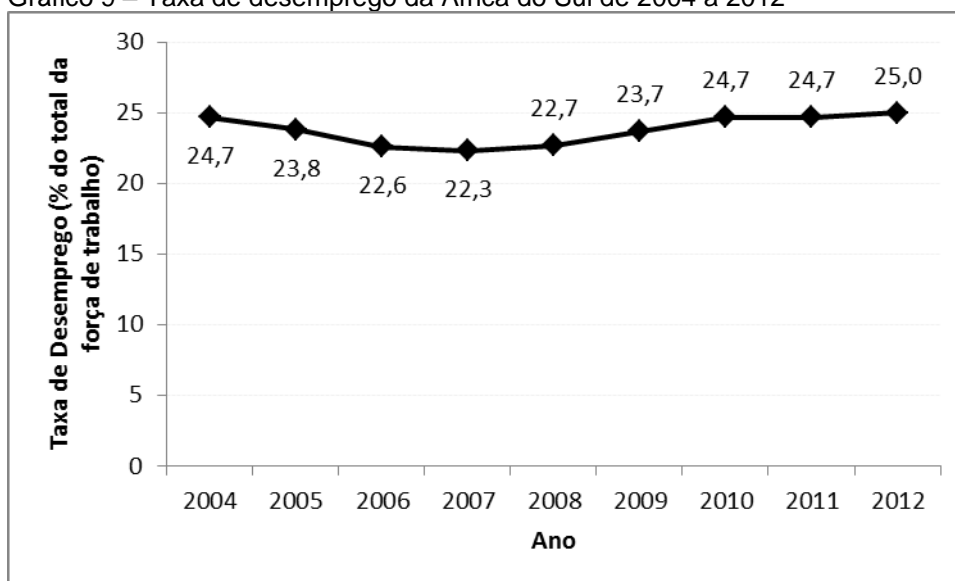
Frente a tal realidade, não há dúvidas de que a conquista de um emprego e, dessa forma, a expectativa de uma vida melhor, também foi uma das principais esperanças do povo que recebeu a Copa do Mundo de Futebol de 2010. Grande parte da população, em especial a fatia desempregada, acreditou que poderia se beneficiar com as novas oportunidades de trabalho trazidas pelo megaevento, como nas obras de infraestrutura esportiva e de transportes. O governo, a FIFA e as

consultorias econômicas também se mostraram bastante otimistas e apostaram em ganhos significativos nesse quesito. De acordo com Cottle (2010), estimativas defenderam que o número de empregos gerados pela Copa do Mundo de Futebol, tanto no período anterior (de preparação), como durante e depois, seria de aproximadamente 695.000. O autor ainda ressalta que, desse montante, 280.000 seriam referentes apenas ao ano de 2010.

Entretanto, na prática, tais perspectivas de incremento na quantidade de empregos não se confirmaram. Em geral, a demanda por força de trabalho adicional foi temporária, dado que, com a conclusão das obras necessárias para a preparação do país-sede, bem como com o fim do espetáculo, inúmeras vagas que haviam sido geradas única e exclusivamente para o torneio foram extintas. Cottle (2010) afirma que os 111.000 novos postos de trabalho criados na indústria de construção civil foram gradativamente encerrados conforme as obras eram concluídas, e as pessoas que nelas estavam empregadas perderam os seus postos. Para explicitar tal situação, o autor utiliza dados divulgados pelo órgão governamental *Statistics South Africa* em julho de 2010, segundo o qual a África do Sul teve um declínio de 670.000 (4,7%) postos de trabalho no 2º quarto de 2010 (abril a junho) em relação ao mesmo período de 2009 (SOUTH AFRICA, 2010a).

Esses fatos se refletem, também, na taxa de desemprego do país. Apesar de ter apresentado uma leve queda de 2004 para 2008, reduzindo de 24,7% para 22,3%, os níveis de desemprego permanecem muito altos e se mantiveram sempre acima da casa dos 20%. A partir de 2008, esse número inclusive voltou a subir, atingindo o alarmante patamar de 25% em 2012, quando a África do Sul possuía a sexta maior taxa de desemprego do mundo, segundo dados obtidos do The World Bank (2014c). Portanto, no que tange à empregabilidade, é possível concluirmos que a Copa do Mundo de Futebol não foi capaz de trazer benefícios visíveis e efetivos, e a nação ainda carece de políticas governamentais que sejam eficazes para a mitigação ou, sob uma ótica mais otimista, resolução dessa problemática.

Gráfico 9 – Taxa de desemprego da África do Sul de 2004 a 2012



Fonte: elaborado pela autora com base em dados do The World Bank (2014a).

4.4 Crescimento e desenvolvimento econômico

Em última instância, os efeitos da Copa do Mundo de Futebol de 2010 em relação ao turismo, ao consumo e às taxas de desemprego aliados a uma série de outros fatores como renda e atração de investimentos, não foram suficientemente satisfatórios a ponto de promover um *boom* econômico e melhorias significativas das condições socioeconômicas. As altas previsões de incremento na taxa de crescimento do PIB sul-africano realizadas pelas estimativas *ex ante* não foram alcançadas. De acordo com a literatura consultada, as estimativas de acréscimos que foram concretizados variam de 0,2% a 0,6%, valores bem inferiores aos 3% inicialmente previstos. Saunders (2010), representando a Grant Thornton, mensurou um impacto de 0,54%, o qual correspondeu a um ganho econômico líquido de R 13 bilhões, consideravelmente inferior aos R 21,3 bilhões inicialmente previstos. Essa redução no ganho econômico líquido entre o estimado e o realizado está atrelada à disparada do montante de recursos públicos gastos na preparação do país, aos quase inexistentes benefícios de empregabilidade, ao fato de que as expectativas em relação ao turismo não foram batidas principalmente no que tange às receitas por ele geradas, à isenção de pagamentos de impostos por parte da FIFA e de seus parceiros comerciais que contribuiu para que as receitas fiscais fossem menores do que o previsto e ao fato de que parte dos incrementos econômicos proporcionados pelo torneio fluiu para o exterior. Essa realidade explicita e reafirma a ideia de que

as estimativas *ex ante* dos impactos econômicos de megaeventos esportivos são exageradas e infladas e de que devemos ter cuidado ao utilizá-las para tomar decisões importantes.

Ao avaliarmos o processo evolutivo da taxa de crescimento do PIB sul-africano, os oito primeiros anos na década de 2000 foram marcados pelos maiores índices. Esse número girou em torno de 5% de 2004 a 2007, caindo somente no ano de 2008 e tornando-se negativo no ano de 2009, principalmente em virtude da crise mundial. Como já abordado, a grande expansão econômica dessa fase se deveu, em especial, às políticas implantadas pelo governo da Thabo Mbeki, como o lançamento do BEE, e não em função de o país ter sido eleito a sede do torneio Mundial de Futebol. Apesar do fato de que, em 2010, a taxa de crescimento do PIB da África do Sul voltou a tornar-se positiva, atingindo o patamar de 3,1%, ela não atingiu os níveis anteriores de 5% e, no ano de 2012, inclusive voltou a cair para 2,5%. Portanto, não há evidências de que o crescimento da economia dessa nação foi consideravelmente sensível ao megaevento esportivo, visto que não é possível constatar uma grande elevação no PIB do país no ano do torneio, bem como nos anos subsequentes. Isto é, não há um crescimento econômico efetivo que se mantenha ao longo dos anos além daqueles estimados entre 0,2% e 0,6%.

Por conseguinte, a Copa do Mundo de Futebol de 2010 promoveu, sim, a exposição política e de imagem da África do Sul a nível mundial e a honra de ter sido o primeiro país da África a receber um Mundial de Futebol. Mostrou às nações que o *Apartheid*, de fato, chegou ao seu fim, reafirmou a reinserção do país na comunidade internacional, possibilitou um sentimento momentâneo de bem-estar, de orgulho, de união e de alegria para o povo local, contribuiu para a melhoria da infraestrutura de transporte e entrou na estratégia de desenvolvimento do turismo sul-africano. No entanto, uma realidade preocupante e que merece atenção se manteve. Ao chegar ao seu fim, a Copa do Mundo de Futebol, por um lado, deixou de herança uma infraestrutura esportiva ociosa, que demanda custos anuais de manutenção exorbitantes e que pesam sobre os cofres públicos, e as expectativas que motivaram o governo e o povo a sediar a Copa do Mundo de Futebol não foram concretizadas como era esperado.

Por outro lado, o torneio abriu espaço para o reaparecimento dos desafios socioeconômicos aos quais o país está submetido há séculos principalmente em função das barbáries estabelecidas pelo regime de segregação racial. A

problemática a ser considerada, portanto, diz respeito às precariedades que se autopropetuum e para as quais o torneio de futebol com certeza não representou uma contribuição. As taxas de desemprego, como já explorado, continuaram em níveis alarmantes (e inclusive subiram), a desigualdade de renda, aliada à pobreza da população mais prejudicada, não foi sequer mitigada e continua agressiva. A violência e a criminalidade permanecem afetando o país, de modo que as taxas de ocorrências de estupros, por exemplo, seguem elevadas. Além disso, ainda em relação aos episódios de violência e crimes, com o fim do campeonato, os ataques xenofóbicos ressurgiram. Quanto à oferta de bens e serviços públicos, como energia elétrica, escolas e hospitais, a situação permanece em más condições e com importantes carências e oportunidades de melhorias. Portanto, a Copa do Mundo de Futebol não foi cabível no que tange aos possíveis efeitos positivos sobre o desenvolvimento socioeconômico sul-africano, devido ao fato de que, ao mesmo tempo em que a situação destacada não apresentou pioras significativas, aparentemente não houve melhoras.

Em vista dos apontamentos destacados no presente capítulo, poderia ser questionável alegarmos de forma abrangente e generalizada que o megaevento esportivo foi bom ou ruim para a África do Sul, em especial no que tange aos impactos econômicos. No entanto, o caso sul-africano mostra que é imprescindível que as nações interessadas em sediar megaeventos esportivos estudem bem os seus prós e contras, estabeleça prioridades e respeite as necessidades mais urgentes da nação para o seu desenvolvimento socioeconômico e para o crescimento da economia de maneira saudável e sustentável. Que a Copa do Mundo de Futebol de 2010 e a presente pesquisa sirvam como guia e exemplo para outras nações que venham a apresentar interesse a repensarem as suas perspectivas, ambições e escolhas e que estejam cientes de que esses tipos de eventos talvez não sejam a melhor alternativa para o desenvolvimento e crescimento econômico de uma nação. Nos casos de países em desenvolvimento, como a África do Sul, é provável que políticas públicas que tenham como alvo direto a solução dos principais problemas sejam bem mais eficientes do que todo o esforço de sediar uma Copa do Mundo de Futebol.

5 CONCLUSÃO

A partir do referencial teórico explorado na presente pesquisa, a crescente relevância dos megaeventos esportivos a nível mundial é inegável. Não só mais pessoas passaram a ser envolvidas como espectadoras ou como participantes, como é possível identificarmos uma expansão desses torneios em termos geográficos, isto é, países distribuídos por toda a extensão global estão se mostrando interessados em participar e, especialmente, em hospedá-los. A Copa do Mundo de Futebol da FIFA, que em 1978 envolveu 16 equipes participantes, abrangeu 32 delas no ano de 2010. A quantidade de espectadores nos estádios, por sua vez, que em 1978 representou um número próximo a 1,5 milhões, saltou para pouco mais de 3 milhões em 2010. Portanto, no que concerne aos itens em destaque, a dimensão desse campeonato esportivo de grande porte praticamente dobrou em três décadas.

Nesse contexto, o progressivo desejo de sediar esses megaeventos, principalmente por parte dos países que ainda estão em desenvolvimento, chama a atenção. Na realidade, isso está atrelado às expectativas ambiciosas do setor público e de grande parte da sociedade no que concerne aos retornos positivos que poderiam ser obtidos. Essas crenças em grandes legados recheados por benefícios significativos, tanto no âmbito econômico, quanto no esportivo e no psicológico, são marcantes e os motivam a continuar alimentando a promoção dos campeonatos de grande porte. Ademais, no que tange à economia, essas ideias são, por muitas vezes, fomentadas pelos veículos de comunicação midiática e pelas estimativas *ex ante*, as quais costumam ser exageradas e superestimadas, baseadas em multiplicadores inflados. Portanto, na prática, a realidade verificada costuma ser bem diferente da esperada. Os torneios, em geral, além de demandarem gastos de preparação altíssimos, cuja maior fonte provém dos cofres públicos, não correspondem às expectativas iniciais e não promovem os grandes impulsos previstos para o crescimento e desenvolvimento da economia da sede.

O caso da África do Sul, focado no estudo devido às peculiaridades intrínsecas ao país e a título de exposição de uma ocorrência prática que facilite o entendimento ao leitor, parece seguir a mesma linha destacada acima e explorada por autores que desenvolvem análises *ex post* do tema. Os sul-africanos, que por séculos viveram sob a sombra do regime do *Apartheid*, isolados da comunidade

internacional e com fortes disparidades entre a elite branca e os outros segmentos raciais explorados e subjugados, em especial os negros, também aderiram aos campeonatos esportivos de grande porte na expectativa de retornos positivos. Após receber a Copa do Mundo de *Rugby*, em 1995, e a Copa do Mundo de *Cricket*, em 2003, a África do Sul, em 2010, foi sede da Copa do Mundo de Futebol da FIFA. Essa realidade explicita o fim do sistema segregacionista, pois representa a materialização da reinserção sul-africana nas relações com o exterior e a extinção da institucionalização da separação entre as raças.

Posto isso, não é surpreendente que as expectativas frente ao torneio também foram ambiciosas e otimistas. Além dos efeitos intangíveis de união do povo sul-africano, de orgulho e de exposição do país a nível mundial, o governo local esperou grandes impulsos econômicos, principalmente no setor do turismo, no enriquecimento da infraestrutura por meio do aumento nos investimentos e no mercado do trabalho por meio de novas oportunidades capazes de contribuir para a redução das altas taxas de desemprego. Infelizmente, na prática, o que ficou como legado foram gastos públicos de preparação exorbitantes, bem acima do orçamento inicial e das outras previsões como a da consultoria Grant Thornton (2003). Adicionalmente, estádios gigantes e ociosos, os chamados “elefantes brancos”, foram herdados, os quais permanecem subutilizados e geram elevados custos de manutenção anualmente, cuja principal fonte de financiamento também são os recursos advindos do setor público, isto é, do bolso dos contribuintes.

Ademais, as estimativas *ex ante* acerca dos efeitos da Copa do Mundo do Futebol de 2010, cujas previsões apontavam para importantes ganhos econômicos, tiveram discrepâncias gritantes em relação ao que, de fato, foi realizado. Apesar da promoção da imagem sul-africana no âmbito internacional ao longo do mês no qual o campeonato transcorreu, o grande impulso econômico tão almejado e prometido não se concretizou como esperado, e os graves problemas socioeconômicos, ignorados durante esse período, não foram sequer amenizados. Assim que a última partida foi encerrada, o contraste entre os luxuosos complexos esportivos e as altas taxas de desemprego, as fragilidades na oferta de bens e serviços públicos, a criminalidade, a violência e as desigualdades sociais e de renda acenderem aos olhos daqueles que se alienavam frente ao torneio, mostrando que as principais fragilidades sul-africanas perduraram. Enquanto isso, a FIFA e os seus principais parceiros comerciais continuam acumulando riquezas à custa de países que, assim

como a África do Sul, almejam sediar os campeonatos esportivos de grande porte respaldados em promessas ilusórias de grandes legados para a sociedade.

Em suma, considerando que os megaeventos esportivos, como a Copa do Mundo de Futebol da África do Sul, requerem montantes de dinheiro exorbitantes do anfitrião e geram ganhos econômicos líquidos mínimos ou próximos a zero, esses torneios podem ser considerados como bens de luxo para os países-sede. Isto é, eles não são imprescindíveis ao desenvolvimento e ao crescimento da economia local; são supérfluos e dispensáveis nesse sentido. Concomitantemente, estão condicionados a uma robusta capacidade de recursos (públicos), o que, teoricamente, remete a um alto poder aquisitivo por parte daqueles que os hospedam. Ademais, o custo de oportunidade desses campeonatos esportivos é bem maior para sociedades que ainda estão em fase de desenvolvimento econômico, cuja necessidade de investimentos governamentais tende a ser mais representativa.

Posto isso, definitivamente, a hora de repensarmos sobre o assunto e aderirmos a óticas mais realistas a respeito dos reais impactos que esses campeonatos proporcionam chegou. Que as autoridades públicas e a sociedade mundial se espelhem nos resultados obtidos por países que já sediaram megaeventos esportivos anteriormente para a tomada de decisões mais conscientes e lúcidas. Por esse motivo, é de suma relevância que acadêmicos e estudiosos em geral invistam no tema e o repassem aos cidadãos via análises *ex post* claras, objetivas e realistas.

REFERÊNCIAS

ALLMERS, S.; MAENNIG, W. Economic impacts of the FIFA Soccer World Cups in France 1998, Germany 2006, and outlook for South Africa 2010. **Eastern Economic Journal**, Hamburg, v. 35, p. 500-519, 2009. Disponível em: <<http://hercules.gcsu.edu/~jswinton/ECON%204990/2012%20critique%20articles/Allmers%20and%20Maennig.pdf>>. Acesso em: 09 jun. 2014.

BRAGA, P. R. S. A era pós-apartheid (1994-). In: BRAGA, P. R. S. **A rede de ativismo transnacional contra o apartheid na África do Sul**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011. p. 233-240. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/859-africa_do_Sul_A_rede_de_ativismo_transnacional_contra_o_apartheid_na_africa_d_o_Sul.pdf>. Acesso em: 09 jun. 2014.

BRAGA, P. R. S. O caso do apartheid na África do Sul. In: BRAGA, P. R. S. **A rede de ativismo transnacional contra o apartheid na África do Sul**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011. p. 57-98. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/859-africa_do_Sul_A_rede_de_ativismo_transnacional_contra_o_apartheid_na_africa_d_o_Sul.pdf>. Acesso em: 09 jun. 2014.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY (CIA). **The world factbook**: South Africa. Langley, 2014. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/sf.html>>. Acesso em: 09 jun. 2014.

CORNELISSEN, S. Sport, mega-events and urban tourism: exploring the patterns, constraints and prospects of the 2010 World Cup. In: PILLAY, U.; TOMLINSON, R.; BASS, O. (Ed.). **Development and dreams**: the urban legacy of the 2010 football world cup. Cape Town: HSRC, 2009. p. 131-152. Disponível em: <<http://www.hsrcpress.ac.za/product.php?productid=2259&freedownload=1>>. Acesso em: 15 jun. 2014.

COTTLE, E. **A preliminary evaluation of the impact of the FIFA 2010 World Cup™**: South Africa. Cape Town, 2010. Disponível em: <<http://www.sah.ch/data/D23807E0/ImpactassessmentFinalSeptember2010EddieCottle.pdf>>. Acesso em: 09 jun. 2014

COTTLE, E. África do Sul 2010: legado no bolso da FIFA e seus parceiros. **Le Monde Diplomatique Brasil**, São Paulo, 01 nov. 2011. Entrevista concedida a Alexandre Praça. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1041>>. Acesso em: 12 jun. 2014.

DATHEIN, R. Economia da África do Sul: a convivência entre o moderno e o atraso ou os desafios do rompimento com as estruturas sociais determinadas pela história. In: VISENTINI, P. G. F.; PEREIRA, A. D. (Org.). **África do Sul**: História, Estado e Sociedade. Brasília: FUNAG/CESUL, 2010. p. 99-130.

DEPARTMENT OF ENVIRONMENTAL AFFAIRS & TOURISM (DEAT); SOUTH AFRICAN TOURISM (SAT). **2010 Soccer World Cup tourism organising plan: executive summary**. [S.L.], nov. 2005. Disponível em: <http://www.southafrica.net/uploads/legacy/1/281640/2010%20tourism%20organising%20plan_november%202005.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2014.

FÉDÉRATION INTERNATIONALE DE FOOTBALL ASSOCIATION (FIFA). **FIFA World Cup™ comparative statistics 1982-2010**. Zurich: FIFA, 2010a. Disponível em: <http://www.fifa.com/mm/document/fifafacts/mencompwc/51/97/30/fs-301_01a_fwc-stats.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2014.

FÉDÉRATION INTERNATIONALE DE FOOTBALL ASSOCIATION (FIFA). **Football stadiums: technical recommendations and requirements**. Zurich: FIFA, 2007. Disponível em: <http://www.fifa.com/mm/document/tournament/competition/football_stadiums_technical_recommendations_and_requirements_en_8211.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2014.

FÉDÉRATION INTERNATIONALE DE FOOTBALL ASSOCIATION (FIFA). **Inspection group report for the 2010 FIFA World Cup**. Zurich: FIFA, 2004. Disponível em: <http://www.fifa.com/mm/document/tournament/competition/ig_report_fwc2010_en_25997.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2014.

FÉDÉRATION INTERNATIONALE DE FOOTBALL ASSOCIATION (FIFA). **Technical report and statistics**. Zurich: FIFA, 2010b. Disponível em: <http://www.fifa.com/mm/document/affederation/technicaldevp/01/29/30/95/reportwm2010_web.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2014.

FROYEN, R. T. **Macroeconomia**. São Paulo: Saraiva, 2002. p. 107-113.

GALVÃO, R. O que ficou da Copa na África. **Zero Hora**, Porto Alegre, p. 42-44, 11 maio 2014. Esporte.

GRANT THORNTON INTERNATIONAL. **About us**. [S.L.], 2014. Disponível em: <<http://www.gti.org/About-us/index.asp>> Acesso em: 08 jun. 2014.

GRANT THORNTON KESSEL FEINSTEIN. **SA 2010 Soccer World Cup bid: economic impact executive summary**. Johannesburg, 2003. Disponível em: <<http://wiredspace.wits.ac.za/bitstream/handle/10539/5950/Appendix.pdf?sequence=2>>. Acesso em: 14 jun. 2014.

HORNE, J; MANZENREITER, W. An introduction to the sociology of sports mega-events. **The Editorial Board of the Sociological Review**. Malden: Blackwell, 2006. p. 1-24. Disponível em: <http://kenkyuu.eas.univie.ac.at/fileadmin/STAFF_DIRECTORY/Manzenreiter/SME_Horne___Manzenreiter.pdf>. Acesso em: 09 jun. 2014.

MAENNIG, W.; DU PLESSIS, S. World Cup 2010: South African economic perspectives and policy challenges informed by the experience of Germany 2006. **Contemporary Economic Policy**, Hamburg, v. 25, n. 4, p. 578-590, 2007.

Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1465-7287.2007.00074.x/pdf>>. Acesso em: 08 jun. 2014.

MANDELA, N. **Nelson Mandela's message regarding the FIFA 2010 World Cup**. [S.L.], 23 jun. 2011. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=48ngMJoFiMU>>. Acesso em: 09 jun. 2014.

MATHESON, V. A.; BAADE, R. A. Mega-sporting events in developing nations: playing the way to prosperity? **The South African Journal of Economics**, [S.L.], v. 35, n. 5, p. 1085-1096, 2004.

MATHESON, V. A. **Economic multipliers and mega-events analysis**. Massachusetts: College of the Holy Cross, 2004. (College of the Holy Cross Paper Series, n. 02-04). Disponível em: <http://academics.holycross.edu/files/econ_accounting/Matheson_Multipliers.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2014.

MATHESON, V. A. **Mega-events**: the effect of the world's biggest sporting events on local, regional, and national economies. Massachusetts: College of the Holy Cross, 2006. (College of the Holy Cross Paper Series, n. 06-10). Disponível em: <http://college.holycross.edu/RePEc/hcx/Matheson_MegaEvents.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2014.

OLIVEIRA, I. T. M. **BRICS**: novos competidores no comércio internacional de serviços? Rio de Janeiro: IPEA, 2013. (Texto para discussão, n. 1809). Disponível em: <<https://www.econstor.eu/dspace/bitstream/10419/91266/1/744908426.pdf>>. Acesso em: 09 jun. 2014.

PEREIRA, A. D. A África do Sul independente: segregação, *Apartheid* e transição pactuada. In: VISENTINI, P. G. F.; PEREIRA, A. D. (Org.). **África do Sul**: História, Estado e Sociedade. Brasília: FUNAG/CESUL, 2010. p. 35-64.

PEREIRA, A. D.; VISENTINI, P. F. A nova África do Sul: política, diplomacia e sociedade (1994-2010). In: VISENTINI, P. G. F.; PEREIRA, A. D. (Org.). **África do Sul**: História, Estado e Sociedade. Brasília: FUNAG/CESUL, 2010. p. 65-98.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Desenvolvimento Humano e IDH**. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/IDH/DH.aspx>>. Acesso em: 08 jun. 2014.

RIBEIRO, L. D. T.; VISENTINI, P. G. F. O sul da África: das origens à "descolonização branca" (até 1910). In: VISENTINI, P. G. F.; PEREIRA, A. D. (Org.). **África do Sul**: História, Estado e Sociedade. Brasília: FUNAG/CESUL, 2010. p. 17-34.

SAUNDERS, G. **Updated economic impact of the 2010 FIFA World Cup**. Grant Thornton South Africa. Grant Thornton Strategic Solutions. Johannesburg, 2010. Disponível em: <<http://kzntopbusiness.co.za/site/search/downloadencode/nNyiraPUbNeqrYyx>>. Acesso em: 14 jun. 2014.

SIEGFRIED, J.; ZIMBALIST, A. The economics of sports facilities and their communities. **Journal of Economic Perspectives**, Nashville, v. 14, n. 03, p. 95-114, 2000. Disponível em: <<http://www.uwlax.edu/faculty/anderson/micro-principles/stadiums.pdf>>. Acesso em: 08 jun. 2014.

SOUTH AFRICA. Department of Sport and Recreation South Africa (SRSA). **2010 FIFA World Cup Country Report**. Pretoria, 2013a. Disponível em: <<http://www.srsa.gov.za/MediaLib/Home/DocumentLibrary/SRSACountryReport2013-withcover.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

SOUTH AFRICA. Government Communication and Information System. **South Africa Yearbook 2012/13: History**. Pretoria, 2013b. Disponível em: <<http://www.gcis.gov.za/sites/www.gcis.gov.za/files/docs/resourcecentre/yearbook/2012/02%20History.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

SOUTH AFRICA. Statistics South Africa. **Census 2011: census in brief**. Pretoria, 2012. Disponível em: <http://www.statssa.gov.za/census2011/Products/Census_2011_Census_in_brief.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2014.

SOUTH AFRICA. Statistics South Africa. **Mid-year population estimates**. Pretoria, 2013c. Disponível em: <<http://beta2.statssa.gov.za/publications/P0302/P03022013.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2014.

SOUTH AFRICA. Statistics South Africa. **Quarterly labour force survey: quarter 2, 2010**. Pretoria, 2010a. Disponível em: <<http://www.statssa.gov.za/publications/P0211/P02112ndQuarter2010.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2014.

SOUTH AFRICA. South African Tourism (SAT). **Impact of 2010 FIFA World Cup**. Johannesburg, 2010b. Disponível em: <<https://tkp.tourism.gov.za/documents/impact%20of%202010%20fifa%20world%20cup.pdf>> Acesso em: 08 jun. 2014.

SZYMANSKI, S. The economic impact of the World Cup. **World Economics**, London, v. 3, n. 1, p. 01-09, 2002. Disponível em: <<http://storage.globalcitizen.net/data/topic/knowledge/uploads/20100629105532705.pdf>>. Acesso em: 08 jun. 2014.

TAVARES, O. Megaeventos esportivos. **Temas Polêmicos**, Porto Alegre, v. 17, n. 3, p. 11-35, 2011. Disponível em: <<http://www.pgedf.ufpr.br/downloads/Artigos%20PS%20Mest%202014/Doralice/Tavares.%20Megaeventosesportivos.pdf>>. Acesso em: 09 jun. 2014.

THE WORLD BANK. Data South Africa. **World Development Indicators Data**. Washington, 2014a. Disponível em: <<http://data.worldbank.org/country/south-africa>> Acesso em: 08 jun. 2014.

THE WORLD BANK. Gross domestic product 2012. **World Development Indicators Data**. Washington, 2014b. Disponível em: <<http://databank.worldbank.org/data/download/GDP.pdf>> Acesso em: 14 jun. 2014.

THE WORLD BANK. Unemployment, total (% of total labor force) (modeled ILO estimate). **World Development Indicators Data**. Washington, 2014c. Disponível em: <<http://data.worldbank.org/indicator/SL.UEM.TOTL.ZS>> Acesso em: 14 jun. 2014.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME (UNDP). The rise of the south: human progress in a diverse world. **Human Development Report 2013**. New York, 2013. Disponível em: <http://hdr.undp.org/sites/default/files/reports/14/hdr2013_en_complete.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2014.

VAN DER MERWE, J. The road to Africa: South Africa's hosting of the 'African' World Cup. In: PILLAY, U.; TOMLINSON, R.; BASS, O. (Ed.). **Development and dreams: the urban legacy of the 2010 football world cup**. Cape Town: HSRC, 2009. p. 18-32. Disponível em: <<http://www.hsrbpress.ac.za/product.php?productid=2259&freedownload=1>>. Acesso em: 15 jun. 2014.

ZIMBALIST, A. Is it worth it? **Finance & Development**, Washington, p. 08-11, 2010. Sports. Disponível em: <<https://www.imf.org/external/pubs/ft/fandd/2010/03/pdf/zimbalist.pdf>>. Acesso em: 08 jun. 2014.